

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ**

JOSÉ VITOR CARDOSO

**INTEGRANDO ESG À AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO
DE IMBUÍA - SC**

**RIO DO SUL
2024**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ**

JOSÉ VITOR CARDOSO

**INTEGRANDO ESG À AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO
DE IMBUIA - SC**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de Administração, da Área das Ciências Socialmente Aplicáveis, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, como condição parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Prof. Orientadora: Anielle Gonçalves de Oliveira

**RIO DO SUL
2024**

“Sempre parece impossível até que esteja feito.” (Nelson Mandela)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à Professora M.^a Anielle Gonçalves de Oliveira, minha orientadora, pela sua paciência, orientação e prontidão em me auxiliar ao longo de todo este processo.

Agradeço imensamente à minha família pelo apoio e compreensão durante os momentos desafiadores.

Um agradecimento especial aos meus amigos, que estiveram comigo em todas as etapas desta jornada.

RESUMO

Este estudo aborda a aplicação dos princípios ESG (ambientais, sociais e de governança) na agricultura familiar, um setor essencial para a segurança alimentar global e a conservação dos recursos naturais. A integração de práticas ESG nas operações agrícolas familiares é vista como uma estratégia fundamental para enfrentar desafios como mudanças climáticas, pressões socioeconômicas e sustentabilidade ambiental. Com o objetivo de desenvolver estratégias e propostas que incentivem e facilitem a adoção efetiva dessas práticas pelos agricultores familiares do município de Imbuia-SC, o estudo adotou uma abordagem exploratória e descritiva de caráter qualitativo. A pesquisa envolveu 14 propriedades familiares como população-alvo, utilizando questionário para compreender o nível de conhecimento e a percepção dos agricultores sobre o ESG em suas atividades. Dados secundários foram coletados em fontes acadêmicas, como artigos científicos, livros e reportagens. Os resultados destacam que, os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares no município de Imbuia relacionados à adoção de práticas ESG, foram por motivos de falta de conhecimento técnico ou apoio especializado, além da ausência de assistência ou incentivos governamentais, como políticas públicas. A incerteza sobre os retornos financeiros e os possíveis custos envolvidos também desmotiva os agricultores a aderirem a essas práticas. Outro fator está relacionado a capacitação de trabalhadores, onde os agricultores afirmam terem problemas de pouca qualificação na mão de obra. No entanto, foram identificadas algumas oportunidades para esses desafios, como a demanda por acesso a créditos e programas de capacitação, que são os principais incentivos desejados pelos agricultores para possivelmente implementar essas práticas de forma eficaz em suas propriedades. Assim com as análises propostas neste trabalho, são apontadas direções positivas para inovar e fomentar uma agricultura familiar que seja mais sustentável e sintonizada com as necessidades atuais.

Palavras-chave: Agricultura familiar, ESG, Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

This study addresses the application of ESG (environmental, social, and governance) principles in family farming, an essential sector for global food security and the conservation of natural resources. The integration of ESG practices into family farming operations is seen as a fundamental strategy to face challenges such as climate change, socio-economic pressures, and environmental sustainability. Aiming to develop strategies and proposals that encourage and facilitate the effective adoption of these practices by family farmers in the municipality of Imbuia-SC, the study adopted an exploratory and descriptive approach of a qualitative nature. The research involved 14 family farms as the target population, using a questionnaire to understand the farmers' level of knowledge and perception of ESG in their activities. Secondary data were collected from academic sources such as scientific articles, books, and reports. The results highlight that the main challenges faced by family farmers in the municipality of Imbuia regarding the adoption of ESG practices were due to a lack of technical knowledge or specialized support, in addition to the absence of assistance or government incentives, such as public policies. Uncertainty about financial returns and possible costs also discourages farmers from adhering to these practices. Another factor is related to worker training, where farmers report issues with low-skilled labor. However, some opportunities were identified for these challenges, such as the demand for access to credits and training programs, which are the main incentives desired by farmers to possibly implement these practices effectively on their properties. Thus, the analyses proposed in this work point to positive directions to innovate and promote family farming that is more sustainable and in tune with current needs.

Keywords: Family farming, ESG, Sustainable development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Conhecimento sobre ESG dos produtores localizados no município de Imbuia SC.....	50
Gráfico 2: Percepção das práticas ESG nas propriedades familiares localizadas no município de Imbuia SC.....	51
Gráfico 3: Opinião de políticas ambientais nas propriedades familiares localizadas no município de Imbuia SC.....	53
Gráfico 4: Práticas ambientais adotadas e seus desafio para implementá-las nas propriedades familiares localizadas no município de Imbuia SC.....	56
Gráfico 5: Práticas sociais adotadas e seus desafio para implementá-las nas propriedades familiares localizadas no município de Imbuia SC.....	59
Gráfico 6: Práticas de governança adotadas e como são implementadas nas propriedades familiares localizadas no município de Imbuia SC.....	62
Gráfico 7: Percepção e desafios enfrentados na implementação de critérios ESG nas propriedades familiares localizadas no município de Imbuia SC.....	64
Gráfico 8: Incentivos de políticas públicas voltadas aos agricultores familiares localizadas no município de Imbuia SC.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Agricultores no Brasil: diferenciação e características.....	15
Quadro 2: Conjunto de princípios que regem as sociedades não sustentáveis e as sociedades sustentáveis.....	18
Quadro 3. Critérios indicativos de alinhamento com a Agenda 2030 e os ODS.....	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Propostas de práticas ESG para a agricultura familiar em Imbuia SC..... 69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FAO	Food and Agriculture Organization
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PIB	Produto Interno Bruto
ONU	Organização das Nações Unidas
DRS	Desenvolvimento Rural Sustentável
OGMs	Organismos Geneticamente Modificados
TCFD	Task Force for Climate Financial Disclosure
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
SASB	Sustainability Accounting Standards Board
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAC	Política Agrícola Comum
UE	União Europeia
PRA	Programas de Regularização Ambiental

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
1.1 TEMA DE ESTUDO.....	4
1.2 JUSTIFICATIVA.....	5
1.3 OBJETIVOS.....	6
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	6
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	6
2 REVISÃO DE LITERATURA: AGRICULTURA FAMILIAR E AS PRÁTICAS ESG.8	8
2.1 ORIGEM DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	8
2.1.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	11
2.1.2 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....	17
2.2 ESG (ENVIRONMENT, SOCIAL AND GOVERNANCE).....	22
2.2.1 AS PRÁTICAS DE ESG.....	26
2.2.2 ENVIRONMENTAL.....	28
2.2.3 SOCIAL.....	30
2.2.4 GOVERNANCE.....	32
2.3 ESG NA AGRICULTURA: ESTUDOS ANTERIORES.....	33
3 MÉTODO.....	43
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	43
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	44
3.3 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS.....	45
4. ANÁLISE DE DADOS: ESTRATÉGIAS ESG NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM IMBUIA- SC.....	47
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DE IMBUIA.....	47
4.2 DADOS DA PESQUISA.....	49
4.3 PRÁTICAS AMBIENTAIS NAS PROPRIEDADES.....	52
4.4 PRÁTICAS SOCIAIS NAS PROPRIEDADES.....	57
4.5 PRÁTICAS DE GOVERNANÇA NAS PROPRIEDADES.....	60
4.6 DESAFIOS E OPORTUNIDADES.....	63
4.7 PROPOSTAS DE PRÁTICAS ESG PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM IMBUIA SC.....	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	75

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, apesar de ser reconhecidamente um pilar fundamental na segurança alimentar global, enfrenta desafios crescentes em meio à complexidade dos sistemas agrícolas modernos e às mudanças climáticas. A busca pela sustentabilidade ambiental é uma prioridade inegável. Reduzir o impacto negativo no meio ambiente é uma missão que se traduz em ações concretas: promovendo o uso responsável dos recursos naturais, como água e solo, e adotando práticas agrícolas que minimizem a poluição e a degradação ambiental. A conservação da biodiversidade e a proteção dos ecossistemas são pilares fundamentais dessa jornada, pois reconhecem a interdependência entre a saúde do ambiente e o sucesso da produção agrícola.

Em resposta a esses desafios, a integração de práticas ESG (ambientais, sociais e de governança) emergiu como uma abordagem essencial para promover uma agricultura mais sustentável, resiliente e equitativa. Paralelamente, a equidade social é um valor inegociável. Assegurar condições de trabalho dignas e justas para os agricultores familiares e suas famílias é um compromisso que transcende o campo produtivo. Isso implica não apenas respeitar os direitos humanos e trabalhistas, mas também promover a inclusão de grupos marginalizados, como mulheres, jovens e comunidades indígenas, reconhecendo suas contribuições únicas para a agricultura e garantindo que sejam beneficiados de forma equitativa pelo progresso do setor.

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na produção de alimentos e geração de empregos, sendo responsável por grande parte da geração da renda na economia local de diversos municípios brasileiros. No entanto, os agricultores familiares frequentemente enfrentam desafios como acesso limitado a recursos e pressões de mercado, que podem impactar negativamente sua sustentabilidade econômica. Nesse contexto, fortalecer a sustentabilidade financeira dos agricultores familiares é essencial. Isso envolve facilitar o acesso a mercados justos e transparentes, onde o valor do trabalho seja reconhecido. Incentivar a diversificação produtiva e adotar tecnologias sustentáveis são estratégias-chave

para aumentar a produtividade agrícola, sem comprometer os recursos naturais essenciais para as gerações futuras.

Por fim, uma gestão responsável é o alicerce que sustenta todas essas dimensões. Estabelecer boas práticas de governança nas propriedades familiares é fundamental para garantir a transparência na gestão, o respeito às leis e regulamentações ambientais e trabalhistas, e o envolvimento das comunidades locais nas decisões que afetam seu entorno. É somente através de uma gestão responsável que os agricultores familiares podem alcançar seus objetivos de sustentabilidade ambiental, equidade social, desenvolvimento econômico sustentável, resiliência e segurança alimentar, preservação da cultura e da identidade local.

Este estudo tem como base a realização de uma pesquisa que combina levantamento bibliográfico e a aplicação de questionários em entrevistas com agricultores familiares do município de Imbuia, na região do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina. O objetivo principal é desenvolver estratégias e propostas que incentivem e facilitem a adoção efetiva de práticas ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) por parte desses agricultores, promovendo a sustentabilidade, a inclusão social e o fortalecimento da governança nas suas operações agrícolas.

1.1 TEMA DE ESTUDO

A agricultura familiar é um dos pilares fundamentais da segurança alimentar global, responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos em todo o mundo. No entanto, o contexto atual demanda uma abordagem mais sustentável na forma como essa agricultura é conduzida. A implementação de práticas ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) na agricultura familiar emerge como uma resposta aos desafios contemporâneos, que incluem a necessidade de proteger os recursos naturais, promover o desenvolvimento socioeconômico e mitigar os impactos das mudanças climáticas.

As práticas ESG na agricultura familiar envolvem uma série de medidas destinadas a integrar considerações ambientais, sociais e de governança na gestão das operações agrícolas. Ambientalmente, isso pode incluir a adoção de técnicas agrícolas sustentáveis, como a agroecologia, a conservação do solo e da água, o

manejo integrado de pragas e a redução do uso de agroquímicos. Essas práticas visam proteger os ecossistemas locais, preservar a biodiversidade e reduzir a pegada ambiental da agricultura. Do ponto de vista social, as práticas ESG na agricultura familiar têm como objetivo promover o bem-estar das comunidades rurais, garantindo condições de trabalho dignas, respeitando os direitos dos trabalhadores. No âmbito da governança, busca fortalecer as estruturas de governança local, promovendo a transparência, a prestação de contas e a participação das comunidades nas decisões que afetam suas vidas e meios de subsistência.

No entanto, apesar dos benefícios óbvios, a adoção de práticas ESG na agricultura familiar também enfrenta desafios significativos. Um dos principais obstáculos é a falta de acesso a recursos financeiros, tecnológicos e de conhecimento necessários para implementar essas práticas de forma eficaz. Muitos agricultores familiares operam com recursos financeiros limitados e enfrentando pressões econômicas constantes, o que dificulta a adoção destas práticas.

Além disso, a falta de políticas públicas adequadas e de incentivos financeiros pode desestimular os agricultores familiares a investir em práticas ESG. Ferrell (2016) reconhece que existe uma forte correlação entre desempenho ESG e lucros, as evidências sugerem que não há conflito entre a responsabilidade sócio ecológica e o sucesso financeiro. É fundamental, portanto, que governos, organizações da sociedade civil e setor privado trabalhem em conjunto para criar um ambiente propício à adoção e implementação dessas práticas, fornecendo apoio técnico, financeiro e institucional aos agricultores familiares. Contudo partindo desses desafios elaborou-se a seguinte questão problema: **Como promover efetivamente a adoção de práticas ESG na agricultura familiar, considerando os desafios socioeconômicos, ambientais e de governança enfrentados pelos agricultores familiares no município de Imbuia-SC.**

1.2 JUSTIFICATIVA

Os princípios do ESG na agricultura familiar são uma nova forma de lidar com os desafios de uma maneira que seja sustentável para as populações e para o planeta. É muito importante entender como esses princípios são colocados em

prática, quais problemas as pessoas enfrentam e quais mudanças acontecem por causa disso. Isso ajuda a criar políticas e programas que ajudem a agricultura familiar a se desenvolver de uma forma que seja sustentável.

Por isso, será investigado como esses princípios são usados na prática, olhando para exemplos específicos da região, evidenciando a relevância prática desta pesquisa. O objetivo não será apenas ver o que está acontecendo, mas também encontrar maneiras de melhorar e inovar para que a agricultura familiar possa ser mais sustentável, incluindo mais pessoas e resistindo melhor às mudanças, desenvolvendo estratégias e propostas.

No que diz respeito à relevância acadêmica, reflete a complexidade e a importância de como a agricultura pode ser mudada para ser melhor para o meio ambiente, para as pessoas que trabalham nela, para a maneira como é governada e para as comunidades que dependem dela economicamente. O estudo sobre a implementação do ESG na agricultura familiar não só beneficiará acadêmicos e pesquisadores interessados no tema. Mas também para organizações da sociedade civil, empresas e agricultores também se beneficiarão dessas informações. Estas informações ajudarão a entender o que está funcionando e o que não está, para que se possa fazer escolhas melhores para o futuro da agricultura familiar no município de Imbuia e na região do Alto Vale do Itajaí.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver estratégias e propostas que incentivem e facilitem a adoção efetiva de práticas ESG por parte dos agricultores familiares no município de Imbuia-SC.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar os impactos das práticas ESG na agricultura familiar, tanto em termos de benefícios socioeconômicos para os agricultores quanto de benefícios ambientais para os ecossistemas locais;

- Identificar os principais desafios enfrentados na adoção de práticas ESG dos agricultores familiares do município de Imbuia-SC;
- Analisar o estado atual da adoção de práticas ESG na agricultura familiar no município de Imbuia-SC, incluindo o nível de conscientização, o grau de implementação e os resultados obtidos;
- Desenvolver propostas concretas de práticas ESG que possam ser implementadas pelos agricultores familiares do município de Imbuia-SC, considerando suas necessidades, capacidades e os desafios identificados.

2 REVISÃO DE LITERATURA: AGRICULTURA FAMILIAR E AS PRÁTICAS ESG

Este referencial teórico busca discutir e elucidar os conceitos mais importantes para o bom entendimento que fundamentam a parte prática deste trabalho. Dessa forma, será necessário abordar como a agricultura familiar pode se alinhar aos princípios ESG (Environmental, Social, and Governance), destacando suas definições, funcionamento e as implicações da adoção dessas práticas em propriedades agrícolas. A compreensão das práticas ESG e sua aplicação no contexto da agricultura familiar é essencial para identificar seus benefícios e desafios. Como ressaltam Trentini e Paim (1999, p. 65), "A revisão da literatura ocupa a posição introdutória do projeto, estabelecendo as bases intelectuais sobre as quais a lógica da pesquisa é estruturada". Assim, é fundamental que o pesquisador compreenda a relação intrínseca entre o método adotado e o objeto de estudo, assegurando que esse método seja coerente com a abordagem teórica e filosófica que orienta a investigação.

2.1 ORIGEM DA AGRICULTURA FAMILIAR

De forma generalizada costuma-se definir a agricultura como o conjunto de técnicas utilizadas para cultivar plantas com o objetivo de obter alimentos, fibras, energia, matéria-prima para roupas, construções, medicamentos, ferramentas, etc. Sua origem remonta ao período neolítico há mais de 10 mil anos, em algumas regiões pouco numerosas e relativamente pouco extensas do planeta. Embora datem seu início, há tempos bem remotos, convém lembrar que o homem surgiu há mais de 100 mil anos. Foi nesse período histórico que ocorreu a evolução da pedra lascada para a pedra polida, bem como, o surgimento da cerâmica (MAZOYER ; ROUDART, 2010).

Segundo os autores Mazoyer e Roudart (2010), a agricultura tem início a partir da autotransformação de alguns dos sistemas de predação muito variados que reinavam então, no mundo habitado. Essas primeiras formas de agricultura eram certamente praticadas perto de moradias e aluviões das vazantes dos rios, ou seja, terras já fertilizadas que não exigiam serem desmatadas.

Com o avanço das técnicas agrícolas e uma divisão social do trabalho se diversificando, o comércio e a indústria começaram a lançar suas bases de

sustentação, resultando num aumento do poder das vilas sobre o campo. Desse modo, as cidades se formaram a partir do avanço das técnicas de produção agrícola, que permitiu a formação de um excedente de produtos alimentares. A existência desse excedente cedeu espaço para que algumas pessoas pudessem dedicar-se a outras atividades não-agrícolas (SANTOS, 1988).

O aumento da produção agrícola ao longo dos tempos, que ocorreu em função das mudanças das formas de produzir e do advento de novos equipamentos e métodos de produção, foram as bases das revoluções na agricultura na era contemporânea, que contribuíram modificando a estrutura de produção até então conhecida com o acréscimo de novos equipamentos e mudanças no mundo do trabalho no que tange à divisão social do trabalho (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Para estabelecer a conexão entre a evolução das práticas agrícolas contemporâneas e o papel da agricultura familiar, é importante destacar que, embora o desenvolvimento de novos equipamentos e métodos de produção tenha transformado significativamente o setor agrícola como um todo, essas mudanças não alteraram de forma uniforme todos os tipos de produção.

Embora existam diferentes opiniões sobre o conceito e a importância da agricultura familiar, as concepções mais conhecidas partem do pressuposto que neste tipo de produção agrícola a propriedade das terras e trabalho estão intimamente ligados, visando garantir o sustento da família mediante a produtividade da terra (LAMARCHE, 1997). A diferença entre a empresa capitalista e a produção familiar reside na evidência de que, enquanto a primeira explora o trabalho assalariado, como meio para maximizar seus lucros, a produção familiar objetiva principalmente atender as necessidades e a reprodução da família.

A agricultura familiar desempenha um papel crucial ao promover a segurança alimentar, gerar empregos e renda, reduzir a pobreza, preservar a biodiversidade e manter vivas as tradições culturais. Em suma, ela é uma forma de vida.

Ploeg (2000, p.196), destaca que “a agricultura familiar representa uma forma pela qual as pessoas cultivam e convivem, ou seja, a realidade dessa forma de produção vai além dos dois principais aspectos comumente usados para descrevê-las: família como proprietária das terras e trabalho realizados por seus membros”.

Segundo dados da FAO (2018) cerca de 80% da produção mundial de alimentos provém da agricultura familiar, sendo responsável por uma ocupação de

85% das terras cultivadas da Ásia, 83% das Américas do Norte e Central, 68% do continente Europeu, 62% da África e 18% da América do Sul. Ainda destaca que no Brasil mais de 80% das explorações agrícolas são do tipo familiar, e, esse cenário brasileiro, permite que o país se destaque como a 8ª maior produtora de alimentos no mundo nesse segmento (SEAD, 2018).

Mas infelizmente, uma grande parte das produções feitas por esses agricultores provém de propriedades afetadas pelo desmatamento. Essa prática não só contribui para a perda de biodiversidade e degradação do solo, como também compromete a sustentabilidade a longo prazo da produção agrícola.

O sistema alimentar global é hoje o mais importante vetor da destruição da biodiversidade, o segundo determinante das mudanças climáticas, logo após a queima de combustíveis fósseis, e uma ameaça decisiva à saúde humana tanto em função das formas predominantes de criação animal, como pela pandemia mundial de obesidade. Segundo uma comissão de especialistas formada em 2019, o mundo passa por uma “pandemia global”, ou seja, uma “sinergia de epidemias que interagem uma com a outra, produzindo sequelas complexas sobre a base de determinantes sociais comuns”. (ABRAMOVAY, 2021, p. 53).

O crescimento populacional e a formação de sociedades sedentárias levaram ao desenvolvimento da agropecuária, buscando maior rendimento agrícola e, conseqüentemente, reduzindo a diversidade de produtos. Na segunda metade do século XX, a Revolução Verde surgiu no México nos anos 1950 como uma resposta global à fome, mobilizando empresas, governos e sociedade civil para aumentar a produção agropecuária. Essa iniciativa focou no aumento da produtividade de arroz, milho e trigo, os três alimentos mais consumidos mundialmente. No entanto, este sucesso trouxe problemas crescentes ao longo do tempo. (ABRAMOVAY, 2021).

A Revolução Verde propiciou um aumento de 106% da produtividade agrícola global entre 1961 e 1999. Mas, ao mesmo tempo, a superfície irrigada subiu 97%, o uso de fertilizantes nitrogenados 638%, o de fosfatados 203% e a produção de agrotóxicos 854%. Se é verdade que se produz muito mais por unidade de área, o fato é que esse desacoplamento entre produção e terra nem de longe vem atingindo os insumos básicos em que se apoia a agropecuária. É crescente o uso de fertilizantes nitrogenados e de fósforo por unidade produzida na agropecuária global. (ABRAMOVAY, 2021, p. 54).

Esta constatação para Abramovay (2021) é extremamente preocupante, o uso excessivo de nitrogênio e fósforo na agropecuária é uma grave ameaça ecológica, comprometendo serviços essenciais. Além da poluição, três problemas principais estão interligados no sistema alimentar: mudanças climáticas, perda de diversidade genética e obesidade. Esses desafios decorrem da produção focada em carne e do aumento dos produtos ultraprocessados nas dietas.

2.1.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

No Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 ha, e a dos não familiares, de 309,18 ha (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2009, p. 20).

Para França, Grossi e Marques (2009) a variação das áreas médias dos estabelecimentos familiares e não familiares no Brasil, divididos por regiões e estados. Para os estabelecimentos familiares, a área média variou de 13 hectares (Nordeste) a 43,3 hectares (Centro-Oeste). As menores médias foram no Distrito Federal (6 ha) e Alagoas (6,1 ha), enquanto as maiores estavam em Roraima (71,6 ha) e Tocantins (62,8 ha). Para os estabelecimentos não familiares, as áreas médias variaram de 177,2 hectares (Nordeste) a 944,3 hectares (Centro-Oeste). As maiores médias foram no Mato Grosso (1.600,9 ha), Mato Grosso do Sul (1.215 ha) e Amapá (1.119 ha).

O Censo Agropecuário de 2006, que revelou a existência de 5.175.489 estabelecimentos, um aumento de 6,5% em relação a 1995/96, mas menor que os 5.802.206 estabelecimentos em 1985. A área total em 2006 foi de 329,9 milhões de hectares, representando uma queda de 6,7% em relação a 1995/96 (353,6 milhões de hectares) e uma diminuição ainda maior em relação a 1985 (374,9 milhões de hectares). Ou seja, houve uma tendência de declínio tanto no número de estabelecimentos agropecuários quanto na área total ocupada. Especificamente

sobre estabelecimentos familiares, o estudo FAO/INCRA identificou 4.139.369 unidades ocupando 107,8 milhões de hectares em 1995/96. Em 2006, o número de estabelecimentos familiares aumentou para 4.551.967, um crescimento de 10%, mas a área total ocupada diminuiu ligeiramente em 1 milhão de hectares, menos de 1%.

O Caderno da Agricultura Familiar do Censo 2006 apresenta a utilização das terras dos estabelecimentos, segundo a classificação das agriculturas. Dos 80,25 milhões de hectares da agricultura familiar, 45% eram destinados a pastagens, enquanto que a área com matas, florestas ou sistemas agroflorestais ocupava 24% das áreas, e por fim, as lavouras, que ocupavam 22%. A agricultura não familiar também seguia esta ordem, mas a participação de pastagens e matas e/ou florestas era um pouco maior (49% e 28% respectivamente), enquanto que a área para lavouras era menor (17%). Destaca-se a participação de 10% em média da área das matas destinadas à preservação permanente ou reserva legal nos estabelecimentos familiares, e de outros 13% de áreas utilizadas com matas e/ou florestas naturais. Apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente), 25% da agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno. (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2009, p. 24).

Ainda segundo França, Grossi e Marques (2009) No Censo mais recente, foram identificados 59,8 milhões de hectares com lavouras, 158,7 milhões com pastagens e 90,3 milhões com matas ou florestas. Comparando com os censos anteriores, houve um aumento nas áreas de lavouras, especialmente as temporárias, nas pastagens plantadas e nas matas naturais. A pesquisa também explica que, ao considerar apenas a área aproveitável para lavouras e pecuária (excluindo áreas não utilizáveis, como construções e reservas naturais), a área total seria de 269 milhões de hectares, com 25,5% pertencentes a estabelecimentos familiares e 74,5% a não familiares. Na agricultura familiar, as pastagens ocupam 53% da área aproveitável, as lavouras 25,7% e as matas 20,5%. Já nos estabelecimentos não familiares, as pastagens representam 61,1%, as lavouras 21,1% e as matas 17,1%. Isso mostra que os estabelecimentos familiares têm uma proporção maior de matas em relação à área aproveitável, comparado aos estabelecimentos não familiares.

Os dados do Censo 2006, reunidos no Caderno da Agricultura Familiar,

apresentam a condição do produtor em relação às terras: dos 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, 3,2 milhões de produtores acessaram as terras na condição de proprietários, representando 74,7% dos estabelecimentos familiares e abrangendo 87,7% das suas áreas. Outros 170 mil produtores declararam acessar as terras na condição de “assentado sem titulação definitiva”. Entretanto, outros 691 mil produtores tinham acesso temporário ou precário às terras, seja na modalidade arrendatários (196 mil), parceiros (126 mil) ou ocupantes (368 mil). Os menores estabelecimentos eram os de parceiros, que contabilizaram uma área média de 5,59 ha. O Censo Agropecuário 2006 apresentou uma novidade em dezembro daquele ano foram identificados 255 mil produtores sem área, sendo que 95% destes (242 mil) eram agricultores familiares. Integravam este contingente os extrativistas, produtores de mel ou produtores que já tinham encerrado sua produção em áreas temporárias. Os dados dos censos anteriores não podem ser comparados ao novo em termos das categorias utilizadas, que eram quatro e agora são seis. (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2009, p. 29).

Na pesquisa 72,6% dos estabelecimentos e 93% da área total pertenciam a proprietários. Apenas 15,2% dos estabelecimentos tinham acesso temporário ou precário à terra, ocupando 5,2% da área total. A maioria dos ocupantes (8% do total) estava em situação temporária ou precária, indicando uma concentração significativa de terras nas mãos de proprietários. Houve uma diminuição relativa na quantidade de terras ocupadas de forma temporária ou precária.

O estudo FAO/INCRA classificou os agricultores em quatro categorias: proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante, mostrando que cerca de $\frac{3}{4}$ da agricultura familiar possuía terras como proprietários. Entre os que tinham acesso temporário ou precário, a maioria eram agricultores familiares, com 89% dos ocupantes e parceiros e 85% dos arrendatários pertencendo à agricultura familiar.

A área média dos estabelecimentos de assentados sem titulação definitiva (23,9 ha) foi maior que a de proprietários familiares (21,6 ha), revelando uma diferença interessante no tamanho das propriedades entre essas categorias.

Os resultados mostram que o segmento familiar da agricultura brasileira, ainda que muito heterogêneo, responde por expressiva parcela da produção agropecuária e do produto gerado pelo agronegócio brasileiro, devido ao seu inter-relacionamento com importantes segmentos da economia. Ao longo do período de análise, entre 1995 a 2005, o segmento familiar do agronegócio brasileiro

respondeu por cerca de 10% do PIB brasileiro, parcela bastante expressiva, considerando que a participação do agronegócio situa-se ao redor de 30% do PIB da economia brasileira. Enquanto o PIB do Brasil teve um crescimento acumulado de quase 24% atingindo ao redor de 1,9 trilhões de reais, em 2005, porém a evolução do agronegócio familiar foi inferior, com um aumento de pouco mais de 15%. (GUILHOTO et al, 2007, p. 6).

Segundo o estudo, entre 2001 e 2003, a agricultura familiar teve um crescimento acima da média nacional. Em 2004, esse crescimento desacelerou, e em 2005, houve uma queda na produção não só no setor familiar, mas em todo o complexo agropecuário. Isso foi influenciado pela valorização do câmbio, problemas climáticos em regiões produtoras importantes e problemas sanitários na pecuária. Em 2005, o agronegócio familiar representava 9% do PIB nacional, enquanto todo o agronegócio, incluindo a parcela patronal, era de 28%. Para entender esses percentuais, é necessário considerar que além do setor rural (plantio e criação), também estão incluídos insumos, indústria e sistema de distribuição na cadeia produtiva. O setor agrícola familiar representou 18% e o pecuário 15% do agronegócio familiar, proporções maiores do que no sistema patronal (16% e 9%, respectivamente). Isso indica que os produtos do agronegócio familiar têm menos conexão com o setor industrial em comparação ao patronal.

O agronegócio familiar apresenta uma participação expressiva no PIB nas regiões Norte, Sul e Nordeste, mas sua contribuição é significativamente menor no Centro-Oeste e Sudeste. Além disso, buscou-se a importância de analisar a participação dos segmentos produtivos (familiares e patronais) em cada região e estado, com base no PIB total do agronegócio de 2004.

Mesmo sob adversidades como insuficiência de terras e capital, dificuldades no financiamento, baixa disponibilidade tecnológica e fragilidade da assistência técnica, o peso da agricultura familiar na para a riqueza do País é representativo e não perdeu sua força nos últimos anos. Mas o processo de modernização da produção rural, muitas vezes, beneficia mais a produção patronal do que a familiar, além disso, a divergência, em termos de tamanho, capital e tecnologia, tornam as prioridades de cada produtor familiar diferentes. Os objetivos difusos da classe dificultam a sua organização para buscar seus próprios interesses. Embora existam grupamentos locais, como associações e cooperativas que auxiliam o sistema familiar em algumas regiões, eles são totalmente inexistentes em outras. Cabe, não

apenas ao governo, mas a toda a sociedade melhorar o direcionamento de políticas, com ênfase no familiar. Esforços devem se concentrar na definição de regiões e especificação de produtos, cuja produção adere-se ao perfil familiar. Cultivos e criações, que dependem de mão-de-obra mais intensificada ou que estão presentes em áreas que impossibilitam o uso da mecanização, devem ser entendidos como alvos aos programas de auxílio à produção familiar. (GUILHOTO et al, 2007, p. 13).

Quadro 1. Agricultores no Brasil: diferenciação e características

Grupo 1
<ul style="list-style-type: none"> • Agricultores empresariais e patronais • Demandam financiamento acima de R\$ 50.000,00 por ano • Maior parte da produção se destina a exportação (commodities)
Grupo 2
<ul style="list-style-type: none"> • Grupo em transição de agricultores familiares em direção a agricultores patronais • Produzem commodities e outros cultivos especializados • Participam na exportação e mercado interno • Demandam financiamento para investimento de aproximadamente R\$ 40.000,00 por ano
Grupo 3
<ul style="list-style-type: none"> • 1.400.000 unidades familiares de produção • São os mais capitalizados e melhor estruturados • Maior participação no mercado • Grande participação na produção de alimentos • Respondem por 80% do VBP agrícola de base familiar
Grupo 4
<ul style="list-style-type: none"> • 850.000 unidades familiares de produção • Pouca inserção nos mercados • Baixa capitalização • Respondem por 10% do VBP agrícola de base familiar • Pouca assistência técnica e capacitação • Grandes dificuldades de acesso ao crédito rural
Grupo 5
<ul style="list-style-type: none"> • 1.900.000 unidades familiares de produção • Pouca ou nenhuma renda • Respondem por 10% do VBP agrícola de base familiar • Baixa ou nula participação no mercado • Grandes dificuldades para acessar ao crédito rural e a outras políticas públicas • Produção principalmente para autoconsumo • Renda por aposentadoria, venda de mão-de-obra • Maior parte deste grupo está no região Nordeste

Fonte: COSTABEBER; CAPORAL (2003)

A questão da fome tornou-se uma das principais preocupações no Brasil, destacando-se na agenda nacional e na opinião pública. A pesquisa do Datafolha de 2003 mostrou um aumento significativo na atenção ao tema. O Programa Fome Zero, prioritário na gestão do governo Lula, aborda a fome como uma questão

complexa e interconectada, necessitando de uma abordagem tanto emergencial quanto estrutural. O programa visa articular políticas sociais e depende da parceria entre o governo e a sociedade civil para ser eficaz. A criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome reflete a importância dessa integração para enfrentar a desigualdade e a pobreza no Brasil. (SILVA, 2003).

O art. 3º da Carta de 1988 inclui, entre os “objetivos fundamentais” da República, “construir uma sociedade justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais”. A superação da fome é um requisito desse mandamento. Mais que isso. No Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, conforme destaca a Introdução do Projeto Fome Zero, pode-se ler: “O Direito a alimentar-se significa o direito de estar livre da fome, o direito a um padrão de vida adequado para assegurar alimentação, vestuário e moradia [...]”.

O Senado brasileiro aprovou uma emenda constitucional que inclui a alimentação entre os direitos sociais no artigo 6º. Essa medida se refere ao reconhecimento do direito à alimentação pela Comissão de Direitos Humanos da ONU em 1993. A implementação dessa emenda requer uma Política Nacional de Segurança Alimentar participativa, como iniciada pelo governo Lula. (SILVA, 2003).

Combater a fome, portanto, é um requisito de qualquer projeto de desenvolvimento nacional harmonioso e democrático. Além disso, enseja estímulos econômicos por conta da ampliação da demanda que se traduz em expansão da oferta. Eis aí a identidade estrutural de um projeto que apenas uma visão ligeira e epidérmica pode confundir com assistencialismo. Na verdade, para que seja implementado de forma consequente, o Programa Fome Zero requer investimentos para fomentar a produção e o comércio local de alimentos, bem como financiar ações de infraestrutura e apoio à expansão local do emprego e da renda. (SILVA, 2003, p. 47).

Incluindo assim a aquisição de produtos da agricultura familiar, seguro safra, construção de canais de comercialização, rede de cisternas no semiárido, reforma e construção de habitações, microcrédito para pequenos negócios, cooperativismo, desenvolvimento do turismo, reforma agrária, apoio técnico a assentados, prestação de serviços comunitários (limpeza de áreas públicas, trabalho em hortas comunitárias), atenção básica de saúde, frequência escolar e outras contrapartidas previstas em programas já existentes. Essas exigências são relevantes também para se preservar a “ética do trabalho” no âmbito de uma política social,

corrigindo-se assim a dependência que leva a encarar o benefício provisório como modo de vida. (SILVA, 2003, p. 47).

2.1.2 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A ideia de sustentabilidade foi introduzida na discussão ambiental em 1987 pelo relatório Brundtland, "Nosso Futuro Comum". Nesse documento, a sustentabilidade é vista como chave para resolver problemas ambientais, promovendo estratégias qualitativas e quantitativas para modificar a destruição da natureza. A Comissão Brundtland definiu o desenvolvimento sustentável como um novo caminho de progresso social e econômico que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

Com esse consenso global, deve-se implementar alternativas de gestão para superar os obstáculos à sustentabilidade ambiental, evitando a lógica de subjugação da natureza como mera mercadoria para especulação a curto prazo. A natureza é indispensável para a existência e sobrevivência humana, e seus recursos são finitos. A prudência ecológica requer a gestão cuidadosa dos recursos naturais, garantindo a continuidade das atividades econômicas e a qualidade do ambiente, essenciais para a qualidade de vida.

Eficiência econômica significa produzir mais e melhor com economia de recursos, capital e trabalho. Justiça social implica oportunidades iguais para todos. Diversas agendas públicas e acordos internacionais têm impulsionado novas demandas e responsabilidades aos países em relação às suas estratégias políticas para o desenvolvimento. (TAVARES, 2005).

Em linhas gerais, o projeto de uma sociedade sustentável aponta para uma justiça com equidade, distribuição das riquezas, eliminando as desigualdades sociais; para o fim da exploração dos seres humanos; para a eliminação das discriminações de gênero, raça, geração ou qualquer outra; para garantir a todos e a todas os direitos à vida e a felicidade, saúde, educação, moradia, cultura, emprego e a envelhecer com dignidade; para o fim da exclusão social, para a democracia plena. Estes novos princípios para uma sociedade sustentável entram em choque com os modelos tradicionais da sociedade. (TAVARES, 2005, p. 123).

Quadro 2: Conjunto de princípios que regem as sociedades não sustentáveis e as sociedades sustentáveis

Sociedade Não Sustentável	Sociedade Sustentável
Domínio sobre a natureza.	Harmonia com a natureza.
Meio ambiente como recurso.	Natureza constituída por seres vivos com direito à vida, independentemente do seu valor de uso.
Objetivos materiais/crescimento econômico	Objetivos não materiais/sustentabilidade ecológica.
Recursos naturais ilimitados	Recursos finitos
Soluções baseadas exclusivamente na tecnologia avançada/consumismo	Soluções adaptadas a cada situação e ecossistema/satisfação das necessidades básicas/reciclagem.
Centralização/grande escala	Descentralização/pequena escala
Autoritarismo/estruturas repressivas/desigualdade	Estruturas democráticas/participação social/igualdade.

Fonte: TAVARES (2005)

Nas últimas cinco décadas, muitas vezes é confundido desenvolvimento com crescimento econômico. Diante da dificuldade de aceitar um conceito claro de desenvolvimento e reconhecendo as limitações da definição oficial de Desenvolvimento Sustentável, é crucial entender melhor a sustentabilidade através da análise de suas dimensões básicas. Isso pode orientar a identificação e o monitoramento das possibilidades do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) na Extensão Rural do serviço público. Ainda assim, as dificuldades operativas e conceituais nesse campo permitem identificar duas correntes distintas do Desenvolvimento Sustentável. A ecotecnocrática e a ecossocial, que também se manifestam nos processos de ecologização da agricultura, seja pela intensificação verde ou pela transição agroecológica. (COSTABEBER; CAPORAL, 2003).

A perspectiva desenvolvimentista, segundo Costabeber e Caporal (2003) é notoriamente hegemônica no período pós Segunda Guerra, orientava para o crescimento econômico, permanente e baseado no consumo abusivo de recursos naturais não renováveis, como condição básica e indispensável para que as sociedades tidas como subdesenvolvidas superasse o “atraso” e alcançassem o “progresso”, condição já presente nas nações e sociedades consideradas como desenvolvidas.

Os problemas gerados nesse processo e as insuficiências desse enfoque já são bastante conhecidos e não necessitam ser aqui reproduzidos, bastando lembrar que o reconhecimento da crescente insustentabilidade do modelo convencional de

desenvolvimento resultou de uma série de eventos, obras e alertas que, ao longo dos últimos 40 anos, vem despertando a comunidade científica e a opinião pública sobre a necessidade de novos enfoques, mais respeitosos com o meio ambiente, socialmente desejáveis, politicamente aceitáveis e viáveis sob o ponto de vista econômico. (COSTABEBER; CAPORAL, 2003, p. 2).

O conceito oficial de Desenvolvimento Sustentável, apresentado no Relatório Brundtland de 1987, (CMMAD, 1992), destaca que o desenvolvimento deve equilibrar crescimento econômico, distribuição de riqueza e preservação ambiental para ser sustentável. Define-se como desenvolvimento que atende às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das futuras gerações.

Esse conceito envolve a priorização das necessidades essenciais dos pobres e reconhece limitações tecnológicas e sociais. A sustentabilidade exige transformação econômica e social para aumentar a produtividade e garantir igualdade de oportunidades. A palavra "necessidades" é complexa e varia conforme as sociedades, levando a diferentes abordagens de Desenvolvimento Sustentável e Agricultura Sustentável.

Na dimensão ecológica, a manutenção e recuperação dos recursos naturais, essenciais para a vida e reprodução das comunidades humanas e outros seres vivos, é fundamental para alcançar níveis elevados de sustentabilidade em qualquer agroecossistema. "Cuidar da casa" é crucial para ações sustentáveis, exigindo não apenas a preservação e melhoria das condições químicas, físicas e biológicas do solo, mas também a conservação da biodiversidade, das reservas e mananciais hídricos, e dos recursos naturais em geral. Independentemente das estratégias técnicas e de planejamento dos recursos, é essencial adotar uma abordagem holística e sistêmica, tratando integralmente todos os elementos do agroecossistema afetados pela ação humana.

Além disso, é necessário que as estratégias incluam a reutilização de materiais e energia dentro do próprio agroecossistema e a eliminação do uso de insumos tóxicos ou de efeitos desconhecidos, como Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Em suma, a sustentabilidade requer a preservação e conservação dos recursos naturais como condição essencial para a continuidade dos processos socioeconômicos e culturais da sociedade, e da produção agropecuária, pensando tanto nas gerações presentes quanto nas futuras.

Além da dimensão ecológica, a dimensão social é um dos pilares

fundamentais da sustentabilidade. A preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais só são significativas quando os produtos gerados nos agroecossistemas são distribuídos de forma equitativa entre todos os segmentos da sociedade. A equidade nos agroecossistemas refere-se à justa distribuição da produção e dos custos entre todos os beneficiários humanos, reduzindo desigualdades na distribuição de recursos, capacidades e oportunidades, especialmente para os menos favorecidos. A equidade abrange tanto a perspectiva intergeracional, garantindo sustento seguro para a geração atual, quanto a perspectiva intrageracional, preservando os recursos para as futuras gerações.

A dimensão social também busca continuamente melhorar a qualidade de vida, promovendo a produção e consumo de alimentos de alta qualidade biológica e eliminando o uso de insumos tóxicos na agricultura por meio de novas tecnologias ou escolhas éticas. A percepção dos riscos e impactos das tecnologias na sociedade pode redefinir a relação entre sociedade e meio ambiente, integrando as dimensões social e ecológica sem comprometer a econômica, em um novo jeito de "cuidar da casa" e "administrar os recursos da casa". (COSTABEBER; CAPORAL, 2003).

Estudos mostram que os resultados econômicos dos agricultores são essenciais para fortalecer as estratégias de desenvolvimento rural sustentável (DRS). No entanto, para Costabeber e Caporal (2003) aumentar a produção a qualquer custo pode reduzir a renda, criar dependências externas e causar danos ambientais, resultando em perdas econômicas.

A sustentabilidade dos agroecossistemas exige um balanço positivo entre produção e consumo de energias não renováveis. A insustentabilidade pode surgir quando os ganhos econômicos são feitos às custas da destruição dos recursos naturais. Na agricultura familiar, o lucro não é o único objetivo; a produção de subsistência e bens de consumo, que não aparecem nas medições convencionais, são cruciais para a reprodução social e satisfação das famílias. Soberania e segurança alimentar também dependem de estratégias regionais e locais, integrando as dimensões econômica e social.

A dimensão política da sustentabilidade envolve processos participativos e democráticos na produção agrícola e no desenvolvimento rural, integrando redes de organização social e representações da população rural. O desenvolvimento rural deve ser concebido com base nas concepções culturais e políticas dos grupos sociais, promovendo diálogo e integração com a sociedade.

A sustentabilidade depende de uma organização social que proteja os recursos naturais e estimule a interação harmoniosa entre humanos, agroecossistemas e ambiente. É fundamental que agricultores e camponeses sejam os protagonistas do seu próprio desenvolvimento, expressando seus interesses e necessidades em igualdade com outros atores. A dimensão política abrange métodos participativos que resgatam a autoestima e asseguram o pleno exercício da cidadania. (COSTABEBER; CAPORAL, 2003).

Embora a sustentabilidade seja complexa e multidimensional, não há consenso sobre um conceito unificado ou operacional. Na perspectiva ecotecnocrática, as mudanças na agricultura se concentram na intensificação verde, que adapta o modelo convencional de produção agrícola para incorporar novas tecnologias da Revolução Verde. Isso prioriza o uso de insumos industriais, aumento de escala e ganhos de produtividade, mas com riscos de artificializar os agroecossistemas e aumentar as desigualdades sociais e a degradação dos recursos naturais não renováveis.

A Agroecologia é um enfoque científico que apoia a transição dos modelos rurais e agrícolas convencionais para práticas sustentáveis. A Agroecologia usa diversas disciplinas para estudar as atividades agrárias ecologicamente. Considerando os agroecossistemas como unidades de análise, este enfoque integra várias áreas do conhecimento e avança teoricamente com contribuições de múltiplas disciplinas.

Gliessman (2000) define a Agroecologia como a aplicação dos princípios ecológicos no manejo e design de agroecossistemas sustentáveis, promovendo novos conhecimentos socioambientais. A Agroecologia também se baseia nas experiências dos agricultores, estabelecendo um marco conceitual e metodológico para guiar a criação e gestão de agroecossistemas e o desenvolvimento rural sustentável.

A transição para agroecossistemas sustentáveis ocorre em três níveis fundamentais, segundo Gliessman (2000). O primeiro nível melhora a eficiência das práticas convencionais, reduzindo o uso de insumos externos. O segundo nível substitui esses insumos por alternativas mais ecológicas, sem alterar drasticamente a estrutura básica dos agroecossistemas. O terceiro nível redesenha os agroecossistemas para eliminar problemas persistentes, implementando novos processos ecológicos.

Esses três níveis destacam a Agroecologia não como um tipo específico de agricultura, mas como um campo científico complexo e multidisciplinar. Ela visa à construção de estilos de agricultura sustentável e ao desenvolvimento rural sustentável no médio e longo prazos.

Na perspectiva multidimensional proporcionada pela Agroecologia, então, a construção de contextos de agricultura sustentável e DRS pressupõe um tratamento mais equitativo a todos os atores envolvidos, buscando-se uma melhoria crescente e equilibrada daqueles elementos ou aspectos que expressam os incrementos positivos em cada uma das seis dimensões da sustentabilidade (ecológica, social, econômica, cultural, política e ética), mencionadas anteriormente.

Dito de maneira breve e assumindo a centralidade da Agricultura Familiar nos processos de Desenvolvimento Rural, poderíamos afirmar que, como resultado da aplicação dos princípios da Agroecologia, podemos alcançar estilos de agricultura de base ecológica e, assim, obter produtos de qualidade biológica superior. Mas, para respeitar aqueles princípios, esta agricultura deve atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, apoiar a participação política dos seus atores e permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, numa perspectiva temporal de longo prazo que inclua tanto a presente como as futuras gerações (ética da solidariedade). (COSTABEBER; CAPORAL, 2003, p. 9).

2.2 ESG (ENVIRONMENT, SOCIAL AND GOVERNANCE)

Na busca de uma harmonia entre empresa e meio ambiente, o tema sustentabilidade se torna um grande desafio para os dias atuais como forma de equilibrar a desvantagem que o meio ambiente sofre com a voracidade com que as grandes empresas consomem as reservas do planeta. Numa sociedade capitalista onde as empresas buscam constantemente o lucro como justificativa para sua sobrevivência e de seus colaboradores, um simples aumento na cadeia de produção traz o desequilíbrio ambiental como, por exemplo, a extração de recursos naturais, o aumento na produção de lixo e o descarte no meio ambiente.

Neste sentido, a responsabilidade das empresas em agir de maneira colaborativa, com soluções que possam não apenas melhorar sua imagem junto ao mercado, mas também cuidar de suas ações para preservar o meio ambiente

e, por consequência, o seu relacionamento com a sociedade, traz à tona uma nova forma de gerar resultados a favor do meio ambiente. Assim, a prática do ESG, sigla que vem sendo bastante adotada pelo mercado que do inglês Environmental, Social and Governance, traz a oportunidade de implementar programas sociais, ambientais e de governança de forma integrada como fator importante para aperfeiçoar os negócios das empresas alinhadas a práticas socioambientais que possam melhorar a harmonia entre empresas e meio ambiente. (COSTA et al, 2022, p. 2).

Conhecida como a nova onda verde, a sigla ESG (Environmental, Social, and Governance). Segundo Costa (2022) teve sua origem em 2004, quando o então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em um discurso na ONU, incentivou 50 CEOs de empresas financeiras a incluírem critérios de governança, meio ambiente e responsabilidade social em suas análises. No português, a sigla também é conhecida como ASG (Ambiente, Social e Governança Corporativa). O ESG abrange as relações integradas entre funcionários e fornecedores, bem como sua atuação na melhoria da sociedade. Instituições financeiras vêm adotando práticas de análise ESG na avaliação de companhias, permitindo que suas ações agreguem valor às empresas responsáveis, identificando a busca por eficiência e responsabilidade nas diversas práticas de produção. A gestão integrada e sistêmica da adoção do ESG abre uma agenda que traz impactos positivos para as empresas. O fator ESG é sinônimo de eficiência corporativa.

Um exemplo disso foi observado durante a pandemia, quando as empresas se preocuparam com a saúde de seus colaboradores, demonstrando o fator social do ESG. Investir na qualidade de vida no ambiente de trabalho resulta em maior engajamento dos colaboradores. A liderança na implementação da agenda ESG é fundamental para fomentar valores na cultura empresarial, traçando caminhos que devem ser incorporados no dia a dia da empresa e suas equipes. Isso abre uma série de oportunidades para que o DNA da empresa tenha uma visão de longo prazo, construindo atitudes baseadas em ações que incluam critérios socioambientais como fator avaliativo dos gestores.

Muito desse aumento de popularidade possivelmente se deve aos posicionamentos públicos de importantes atores do mainstream econômico. Por exemplo, desde 2019, Larry Fink, CEO da BlackRock, maior gestora de ativos do mundo, tem deixado cada vez mais clara e contundente sua adesão à perspectiva

ESG, em suas cartas abertas anuais dirigidas a investidores e dirigentes empresariais. Também contribuíram fortemente nesse sentido posicionamentos como os do Fórum Econômico Mundial e da Task Force for Climate Financial Disclosure (TCFD). O efeito desses posicionamentos é visível, por exemplo, no interesse detectado pelo Google em relação ao termo “ESG” no contexto de finanças. Chama atenção, também, o fato de que esse explosivo aumento de foco “na novidade” não é acompanhado pelo interesse no referencial existente desde 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A partir do início de 2020, a busca pelo termo ESG passa a predominar no contexto de finanças, superando muito a pesquisa pelo termo ODS. (BELINKY, 2021, p. 39).

Para BELINKY (2021) sucesso do discurso ESG e o crescente interesse no tema trouxeram diversas implicações, como o aumento de produtos financeiros rotulados como “ESG”, a busca das empresas por reconhecimento nessa área e a preocupação dos investidores em avaliar a “qualidade ESG” de empresas e produtos. No Brasil, o termo “sustentabilidade” vem sendo substituído pelo ESG, pois se este fosse uma evolução do conceito anterior. Essa mudança lembra a troca de “responsabilidade social” por “sustentabilidade” ocorrida há cerca de 15 anos. No entanto, ESG e sustentabilidade, embora se sobreponham em alguns pontos, são conceitos diferentes. ESG tem metas e objetivos específicos que podem se alinhar com a sustentabilidade, mas não a substituem.

Acreditar que o crescimento da abordagem ESG esgota a contribuição empresarial para o desenvolvimento sustentável é uma ilusão perigosa. Isso ocorre porque, primeiro, cria uma falsa sensação de “dever cumprido”, enquanto persiste uma crise ambiental, e, segundo, porque ainda há muita incerteza sobre o que constitui “bom desempenho ESG”, com o termo sendo aplicado de maneira vaga, sem garantir a qualidade ou eficácia das práticas.

Ainda segundo o autor, a perspectiva ESG (Ambiental, Social e Governança) adota o conceito de triple bottom line, focando nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, com o objetivo de garantir a continuidade da empresa e gerar valor para acionistas e investidores. A análise de materialidade é essencial, pois define os temas mais relevantes para cada empresa, com base nos impactos de suas atividades. No entanto, há divergências sobre o que é considerado material para diferentes negócios.

Por outro lado, a Agenda 2030 oferece uma abordagem mais ampla, incluindo parcerias e paz, eventos não apenas à sustentabilidade, mas também à distribuição equitativa da riqueza e à redução das desigualdades. Diferentemente do ESG, a Agenda 2030 exige que as empresas considerem os impactos de suas ações não apenas nos temas prioritários, mas em todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em termos de governança, o ESG foca na gestão responsável e na mitigação de riscos para garantir o sucesso a longo prazo. Já a Agenda 2030 expande essa responsabilidade, exigindo que a governança considere os interesses da sociedade em geral, além das partes interessadas diretamente.

As análises de sucesso também variam: a ESG baseia-se na dinâmica interna da empresa, enquanto a Agenda 2030 parte de consensos globais, com metas mais amplas e de maior escala. Para que um ESG alcance seu pleno potencial, é crucial que gestores e investidores superem o foco puramente empresarial, adotando as práticas.

A disseminação do ESG nos negócios é um avanço positivo, pois atrai mais recursos para a sustentabilidade. No entanto, para BELINKY (2021) existem riscos, como a ilusão de que o ESG, por si só, resolve os desafios da sustentabilidade ou que seja uma evolução que substitua o conceito de sustentabilidade empresarial. Além disso, o uso não refletido do ESG pode levar empresas e investidores a perderem de vista ameaças e oportunidades importantes, devido a uma análise focada ou limitada dos impactos.

Mesmo no mapa de materialidade publicado pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB) que tem sido por muitos citado como a grande referência para a identificação do que é ou não material para cada segmento de negócios, esse problema pode ser facilmente encontrado. Por exemplo, o mapa não inclui como materiais para os segmentos automobilístico e de bens de consumo temas como ética nos negócios e gestão de incidentes de riscos críticos. É como se, para o SASB, o risco de má conduta ou de desastres em indústrias de automóveis, vestuário, eletrodomésticos ou produtos de uso pessoal não fosse relevante para as decisões dos investidores ou gestores desses negócios. Para perceber quão perigoso é ignorar esses temas, basta lembrar casos como o “diesel gate” — incidente que abalou a Volkswagen e várias outras grandes montadoras — ou os inúmeros eventos em que empresas de variados setores foram impactadas por

escândalos envolvendo o comportamento de seus administradores. Para evitar esses riscos e, ao mesmo tempo, maximizar os benefícios da disseminação da perspectiva ESG, é preciso criar meios para que investidores, gestores e demais partes interessadas possam avaliar em que medida produtos e instrumentos oferecidos no mercado sob o rótulo ESG estão de fato em linha com os ODS e contribuem para que estes sejam atingidos. (BELINKY, 2021, p. 42).

Quadro 3. Critérios indicativos de alinhamento com a Agenda 2030 e os ODS

DIMENSÃO	CRITÉRIO	CONCEITO
IMPACTOS	Materialidade	Priorização de aspectos relacionados aos ODS com base em uma avaliação dos mais relevantes impactos (positivos e negativos) das atividades inerentes ao negócio*.
	Conexão	Mapeamento explícito das conexões entre os impactos da empresa ou investimento e as metas contidas nos ODS e/ou nas suas metas equivalentes para o país em que se situa o negócio.
	Centralidade	Foco nos impactos das atividades inerentes ao negócio, e não ações pontuais ou práticas transitórias, como campanhas ou projetos voluntários.
INTEGRAÇÃO	Interdependência	Análise cruzada/transversal dos impactos que as práticas do negócio visando aos seus ODS prioritários podem ter sobre os demais ODS.
	Dimensão	Expectativa de que os impactos positivos gerados e/ou os impactos negativos reduzidos pelas ações no âmbito do negócio sejam equivalentes (em sua escala de atuação) no nível de ambição das metas contidas nos ODS para a escala global ou nacional.
	Inclusividade	Consideração do objetivo de inclusão social contido na Agenda 2030 e dos impactos do negócio sobre os direitos humanos e a desigualdade em seus múltiplos aspectos, como gênero, etnia, renda etc.
IMPLEMENTAÇÃO	Meios	Consideração dos meios que o negócio está comprometendo para efetivamente gerar a contribuição esperada.
	Colaboração	Consideração de como (e se) o negócio pode cooperar com outros atores, privados ou públicos, com vistas a gerar sua contribuição esperada e, possivelmente, criar sinergias para aumentar os impactos positivos de todo o conjunto.
	Efetividade	Consideração de formas para avaliar a efetividade das ações do negócio visando às contribuições esperadas, especialmente por meio de métricas e indicadores (diretos ou indiretos) que sejam específicos, objetivos, mensuráveis e relevantes.

Fonte: BELINKY 2021

2.2.1 AS PRÁTICAS DE ESG

ESG (environmental, social and governance) passou a ser globalmente discutido a partir do relatório “Who Cares Wins” de 2004, fruto de uma iniciativa conjunta entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e instituições financeiras, nomeada como “UN Global Compact”, que tinha como propósito desenvolver

diretrizes e recomendações sobre como melhor integrar as questões ambientais, sociais e de governança corporativa na gestão de ativos, serviços de corretagem de valores mobiliários e funções de pesquisa associadas. Dentre os objetivos do encontro global, constavam o desenvolvimento de mercados financeiros mais fortes e resilientes, gerar contribuições para o desenvolvimento sustentável, promover a conscientização e compreensão mútua dos envolvidos partes interessadas e discutir alternativa para gerar maior confiança nas instituições financeiras (GLOBAL COMPACT, 2004).

Os critérios agrupados na sigla ESG, têm direcionado forma de atuação de empresas e instituições financeiras com a cobrança por ações de sustentabilidade, visto que não se trata, apenas, de conter danos à natureza, o escopo do ESG é muito amplo e diz respeito às relações estabelecidas com os colaboradores e os de empresas terceiras, assim como nas ações para desenvolvimento da sociedade, o tratamento e as oportunidades dados às minorias, ações tomadas para promover a diversidade, além das medidas adotadas para combater fraudes e corrupção. (FERNANDES, 2022)

A partir desse marco, as organizações passaram a buscar melhores práticas relacionadas a esses três pilares - ambiental, social e de governança, com o objetivo de se alinharem às métricas e indicadores estabelecidos nessas áreas. A adoção dessas práticas visa, por um lado, gerar valor para os acionistas, e, por outro, obter uma vantagem competitiva no mercado onde atuam. Os Parâmetros Contemplados na sigla ESG-Environmental, Social, and Governance têm influenciado significativamente a abordagem operacional de empresas e instituições financeiras, impondo a adoção de medidas em prol da sustentabilidade (BORSATTO, 2023).

Ainda segundo Borsatto, (2023) observa que a partir de 2006, houve um significativo avanço em abordagens sobre investimentos responsáveis, impulsionado pela criação dos Princípios para Investimento responsável, que surge a partir de uma parceria entre ONU e investidores privados. Estes princípios buscam promover a inserção de questões relacionadas à sustentabilidade no âmbito do setor dos investimentos. Nota-se então um crescimento e ampliação na oferta de produtos e serviços que incorporam critérios ambientais, sociais e de governança.

Os indicadores ESG representam uma avaliação das ações empreendidas pelas organizações em relação aos impactos ambientais, aspectos sociais relacionados à justiça e equidade, e prática de governança adotada, tanto no âmbito público quanto privado. Esses indicadores constituem um critério que visa orientar o investidor em suas decisões de investimento, com ênfase na busca por sustentabilidade (ANDRADE et al, 2016).

2.2.2 ENVIRONMENTAL

A atividade econômica tem proporcionado notáveis progressos à sociedade humana, entretanto, também tem resultado em uma série de problemas ambientais, tais como aquecimento global, mudanças climáticas e outros (DENNY, 2022).

No que agrega ao pilar ambiental, abrange questões relacionadas ao meio ambiente. Inclui aspectos como gestão de resíduos, políticas de desmatamento (quando aplicável), uso de fontes de energia renováveis e posicionamento da empresa em relação às mudanças climáticas.

O pilar "E" do ESG busca incentivar as empresas a reduzirem seu impacto ambiental e a se preocuparem com questões cruciais como o aquecimento global, a emissão de gases de efeito estufa, eficiência energética, a gestão adequadas resíduos, a prevenção da poluição e a preservação dos recursos naturais (SILVA, 2022).

Uma megatendência organizacional emergente, a sustentabilidade, representa uma ação muito importante na criação de estratégias competitivas para as empresas. A atividade econômica traz grandes avanços para a sociedade humana, mas também problemas ambientais: aquecimento global, mudanças climáticas, etc. (DANG; BRUNA; HOUANTI; MANITA, 2018, p.4).

O comportamento de uma empresa dedicada a ESG reflete a consciência ambiental, por exemplo, preservação do meio ambiente natural e da biodiversidade, redução do impacto ecológico, redução das emissões de carbono prejudiciais, redução do uso de água e recursos esgotáveis, redução do clima e riscos regulatórios (AMEL-ZADEH; SERAFEIM, 2018; IAMANDI; CONSTANTIN; MUNTEANU; et al, 2019).

Como exemplo disso, nas últimas décadas, questões ambientais impulsionaram a criação de valor nas organizações e para seus stakeholders, devido à crescente competição por recursos naturais, como também para mostrar ao mercado seu desempenho e cuidado ambiental, considerando que a imagem da empresa tem influência direta no seu sucesso (HINOJOSA LÓPEZ et al. ,2020).

De acordo com Arruda, Carlos et al (2022) durante o isolamento, percebendo a importância da interdependência e colaboração para a sobrevivência da sociedade. Na natureza, essa conexão é vital, pois a diversidade de uma população aumenta suas chances de resistir a ameaças. No entanto, ao separar a humanidade da natureza, arriscamos sofrer com a destruição rápida de fauna e flora, o que pode desestabilizar ecossistemas e impactar a espécie humana.

Preservar a biodiversidade aumenta a resiliência dos ecossistemas e garante recursos essenciais para nossa sobrevivência. A pandemia mostrou que estamos todos conectados, e a conscientização dessa interdependência é crucial para líderes empresariais. Eles são convidados a integrar a missão de organizações como a Black Jaguar Foundation, que promove impacto socioambiental e desenvolvimento sustentável. (ARRUDA, CARLOS et al, 2022).

Em seu sexto relatório, divulgado em 9 de agosto de 2021 , o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), a maior autoridade mundial em ciência do clima, fez o mais contundente alerta sobre a gravidade da crise climática em nosso planeta. Resultado do trabalho de 234 cientistas de 66 países, que se debruçaram sobre mais de 14.000 artigos e estudos sobre clima, o primeiro capítulo do sexto relatório de avaliação do IPCC não deixa dúvidas sobre o “inequívoco” papel dos humanos no aquecimento da atmosfera, do oceano e da terra. Segundo o relatório, desde o período pré-industrial (1850-1900), a temperatura média no mundo já subiu 1,09°C. Desse total, apenas 0,02°C de aumento ocorreu por causas naturais. O restante, 1,07°C, é atribuído às atividades humanas. (ARRUDA, CARLOS et al, 2022, p. 200).

Segundo Arruda, Carlos et al (2022) o relatório do IPCC revela que muitas mudanças climáticas atuais não têm precedentes em milhares de anos e algumas são irreversíveis. As emissões de gases de efeito estufa elevaram as concentrações de CO₂ a níveis inéditos em milhões de anos, tornando quase impossível atingir as metas do Acordo de Paris sem uma redução drástica nas emissões. No ritmo atual,

o limite de aquecimento de 1,5°C pode ser ultrapassado entre 2021 e 2040, trazendo mais eventos climáticos extremos e desastrosos.

Apesar do cenário dramático, o relatório diz que ainda existe uma estreita janela de oportunidades para mantermos a elevação da temperatura global dentro do limite de 1,5°C. Para isso, é necessário que o mundo realize cortes imediatos e em larga escala nas emissões de gases de efeito estufa, zerando as emissões líquidas até por volta de 2050. Isso significa reduzir as emissões de gases aos níveis mais baixos possíveis e equilibrar as emissões restantes, removendo permanentemente uma quantidade equivalente de gases da atmosfera. Depois disso, é preciso garantir que a retirada de gases da atmosfera exceda as emissões. Essa é uma tarefa urgente e hercúlea que depende de cada um de nós indivíduos, governos, empresas e organizações da sociedade civil. (ARRUDA, CARLOS et al, 2022, p. 201).

2.2.3 SOCIAL

No pilar "S" do ESG, identificam-se as práticas sociais adotadas pelas empresas, que abrangem diversos aspectos, tais como as políticas de trabalho implementadas, a interação da empresa com a comunidade em que está inserida, o relacionamento com os colaboradores e o grau de comprometimento da empresa com sua missão e valores, incluindo a forma como trata os direitos humanos e a conformidade com a legislação trabalhista vigente (SILVA, 2022).

Os fatores sociais também refletem o respeito da empresa em relação aos seus parceiros, clientes e funcionários. Nesse contexto, temas como inclusão e diversidade têm ganhado cada vez mais relevância, assim como atenção aos direitos humanos, engajamento dos funcionários, a proteção da privacidade e dos dados pessoais implementação de políticas e relações de trabalho justas e equitativas têm se tornado temas de destaque (SILVA, 2022).

Sendo assim, a atuação social centra-se na interação entre a comunidade e a organização e aborda questões relacionadas ao envolvimento da comunidade, relações com os funcionários e salários justos (GOEL, 2010).

Partindo para uma visão mais atual do pilar social, de acordo com a S&P GLOBAL (2021b), se os outros aspectos de ESG - riscos e oportunidades ambientais e de governança - estão principalmente preocupados com os efeitos de

sua corporação no planeta ou de suas funções internas e políticas, os fatores sociais são principalmente aqueles que surgirão nas relações entre a empresa e as pessoas e instituições fora dela. Sendo assim, é possível entender que o desempenho das práticas de sustentabilidade social reflete em como e quais medidas uma empresa produziu seus objetivos sociais em práticas que visam melhores condições de trabalho, saúde e segurança, relacionamento com funcionários, bem-estar, diversidade, direitos humanos, práticas trabalhistas justas e envolvimento da comunidade, entre outros (ALSAYEGH e at., 2020).

Outra definição para o pilar social vem do KOLLER et al. (2019), que argumentam que o S diz a respeito de critérios sociais e aborda os relacionamentos que sua empresa tem e a reputação que ela promove com pessoas e instituições dentro do seu ecossistema. S também inclui relações de trabalho, diversidade e inclusão e como cada empresa opera dentro da sociedade mais ampla e diversa. Apesar das diferentes visões e definições, percebe-se que todos trazem uma visão das relações da empresa com a sociedade.

A principal preocupação dos empresários com a gestão de Responsabilidade Social é a viabilidade econômico-financeira devido aos custos envolvidos. É crucial demonstrar as vantagens competitivas e de posicionamento que a responsabilidade social traz para a empresa (DIAS, 2012).

As empresas estão cada vez mais focadas em comunicar seu desempenho social e ambiental, pois isso aumenta sua transparência e credibilidade. Muitos utilizam seus sites para esse fim, mas alguns exageram ou divulgam informações irreais, o que pode levar ao descrédito. O público interessado frequentemente pesquisa sobre as empresas antes de interagir diretamente, incluindo parceiros de negócios, estudantes e jornalistas.

A responsabilidade social deveria ser um tema conhecido por toda a organização, mas muitas vezes os funcionários não conseguem responder a perguntas sobre o assunto, o que ocorre frequentemente em visitas de estudantes às empresas e palestras em universidades (DIAS, 2012).

Assim, para Dias (2012) Responsabilidade Social é fundamentalmente baseada em valores, o que é bom, justo, saudável, sustentável e tem como um dos seus fundamentos a transparência. Os valores constituem a base do conceito de responsabilidade social, a conduta ética das empresas é o que se espera destas quando se tem em mente uma ação socialmente responsável.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a responsabilidade social pode ser entendida como um contrato moral, um intercâmbio recíproco de expectativas entre as empresas e a sociedade. Para a concretização desse contrato moral, é fundamental que a cultura da organização expresse com nitidez os valores compartilhados pelos seus integrantes. (DIAS, 2012, p. 93).

2.2.4 GOVERNANCE

O pilar "G" do termo ESG aborda a forma como a empresa adota melhores práticas de gestão corporativa, incluindo diversidade no conselho administrativo, promoção ética e transparência, o cumprimento das normas legais e regulatórias (compliance), a estrutura dos comitês de auditoria e fiscalização, a existência de canais de denúncias para questões éticas e de conformidade, bem como a política de remuneração para a alta administração (SILVA, 2022).

Em suma, esse pilar representa o compromisso da empresa em estabelecer uma governança corporativa sólida responsável, que envolva a adoção de práticas transparentes, a promoção de valores éticos e a manutenção de uma estrutura organizacional que contribua para a confiança e o respeito dos stakeholders (SILVA, 2022).

Nesse contexto, a governança corporativa assume um papel crucial ao fornecer a estrutura e os mecanismos necessários para a efetiva gestão e supervisão das atividades empresariais, garantindo a responsabilidade e a transparência nas tomadas de decisão (OLIVEIRA, 2021).

Segundo Borsatto et al (2023), o estabelecimento de uma comunicação eficiente e uma relação colaborativa entre os diversos atores envolvidos na governança são elementos que fortalecem a legitimidade e a eficácia das práticas organizacionais, promovendo assim o desenvolvimento sustentável e a geração de valor para todas as partes interessadas.

Também de acordo com a S&P GLOBAL (2020), o "G" em ESG refere se aos fatores de governança da tomada de decisão, desde a formulação de políticas soberanas até a distribuição de direitos e responsabilidades entre os diferentes participantes nas empresas, incluindo o conselho de administração, gerentes, acionistas e partes interessadas. Para eles, quatro fatores-chave específicos da organização com estrutura e supervisão, código e valores, transparência nos

relatórios, e riscos financeiros e operacionais são avaliados para determinar se a entidade gerencia de forma ativa e eficaz sua exposição aos riscos e oportunidades de governança.

Outra visão é do KOLLER et al. (2019), que argumenta que a governança é o método interno de práticas, controles e procedimentos que a empresa adota para se governar, tomar decisões eficazes, cumprir a lei e atender às necessidades das partes interessadas externas.

2.3 ESG NA AGRICULTURA: ESTUDOS ANTERIORES

A princípio, o obstáculo parece grande, tendo em vista os sucessivos escândalos ambientais e sociais que ganham destaque na mídia, como o recente caso de trabalhadores escravizados em vinícolas no sul do Brasil, os números do desmatamento ilegal na Amazônia e no Cerrado para a produção de carne bovina, além dos episódios de animais infectados com doenças. Nesse sentido, é possível perceber que todo esse relativo sucesso da produção de alimentos no Brasil pelos grandes conglomerados empresariais encobre situações que podem acarretar em crises tendo em vista o modelo preconizado pelo agronegócio monocultor responsável por inúmeros impactos sociais e ambientais (ELIAS, 2003; PIGNATI, OLIVEIRA, SILVA, 2014; BUSTAMANTE, LENZA, 2008).

Segundo Bethônico (2021), o crescimento pela adesão aos critérios da ESG pode ter sido influenciado pela maior gestora de fundos do mundo, a BlackRock, com mais de R\$44 trilhões [em 2021] sob sua gestão. O diretor executivo da gestora, Larry Fink, chegou a dizer que a sustentabilidade assumiria a condição para tomada de decisões sobre a escolha dos investimentos da gestora e que as empresas não comprometidas com o tema estão fadadas a ficar sem capital (BETHÔNICO, 2021)

No agronegócio brasileiro, a aplicação dos critérios ESG é crescente, devido à demanda da sociedade e dos consumidores e à relevância desse setor na economia nacional. Inovações tecnológicas têm papel crucial na promoção da sustentabilidade (SOARES; OLIVEIRA, 2020). Cláusulas contratuais relacionadas ao ESG estão sendo incluídas em contratos agrícolas para garantir a conformidade com padrões de sustentabilidade (PROCKNOW; MACHADO FILHO, 2020).

Vendramini (2021) comenta que o agronegócio brasileiro, com sua riqueza de recursos naturais e demanda por produtos sustentáveis, tem grande potencial para se alinhar aos padrões ESG. A obtenção de recursos “verdes” (DE MEDEIROS; DIAS; MALAFAIA, 2021) e o uso de tecnologias para monitorar impactos socioambientais (AGROTOOLS, 2021) também são destacados.

Agências de riscos também desempenham um papel importante na promoção dos critérios ESG, influenciando investidores e colaboradores. A adoção de práticas ESG pode melhorar a reputação das empresas e reduzir custos e riscos (VEENSTRA; ELLEMERS, 2020). Faria e Zilberman (2019) indicam como a implementação de práticas sustentáveis beneficia o setor sucroenergético brasileiro, impulsionando a competitividade e fortalecendo as relações com consumidores e investidores.

A aplicação dos critérios ESG no agronegócio também contribui para reduzir o impacto ambiental e melhorar a qualidade de vida das comunidades locais (SOARES; OLIVEIRA, 2020). A inovação tecnológica é uma ferramenta chave nesse processo, aumentando a eficiência produtiva e reduzindo o uso de recursos naturais. No entanto, a sustentabilidade não se limita à tecnologia, também envolve relações justas e regulamentações ambientais (SOARES; OLIVEIRA, 2020).

Ao analisar a relação entre Agricultura Familiar e ESG, é possível identificar fatores que podem facilitar ou bloquear a adoção de práticas sustentáveis e responsáveis. Por um lado, a proximidade da produção com o meio ambiente e a comunidade local pode ser vista como uma oportunidade para a adoção de práticas mais sustentáveis, contribuindo para a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento local (VENDRAMINI, 2021). Assim mesmo, a gestão familiar pode permitir uma maior flexibilidade na implementação de práticas sustentáveis, já que não há necessidade de prestar contas aos acionistas e investidores que priorizam o lucro financeiro a curto prazo (SOARES; OLIVEIRA, 2020).

No entanto, a falta de acesso a recursos financeiros e tecnológicos pode ser um obstáculo para a adoção de práticas sustentáveis. A falta de incentivos governamentais também pode desestimular a adoção de práticas sustentáveis, uma vez que os produtores familiares têm menos capacidade de pressionar por mudanças no setor (MEDEIROS et al., 2021). Também, a falta de capacitação e conhecimento técnico pode ser um impedimento para a adoção de práticas mais sustentáveis e responsáveis (PROCKNOW; MACHADO FILHO, 2020).

Nesse sentido, é importante que as políticas públicas incentivem a adoção de práticas mais sustentáveis no setor agrícola, oferecendo recursos financeiros e tecnológicos para os produtores familiares. Mais ainda, a capacitação e o acesso a informações técnicas podem ser importantes para que os produtores possam implementar práticas sustentáveis de forma eficiente e eficaz. As empresas e investidores também podem desempenhar um papel importante, incentivando e financiando práticas sustentáveis no setor agrícola (AGROANALYSIS, 2021).

A educação ambiental no contexto cooperativista para a agricultura familiar encontra nas cooperativas um terreno fértil para discussões e implementação de processos educativos voltados para a sustentabilidade. Isso ocorre porque as cooperativas integram os elos do desenvolvimento sustentável ambiental, econômico e social em suas atividades diárias. Ao promover a conscientização ambiental, as cooperativas não apenas incentivam práticas agrícolas mais sustentáveis, mas também fortalecem a coesão social e econômica das comunidades rurais.

Essas iniciativas educativas capacitam os agricultores familiares a adotarem métodos que preservam os recursos naturais, aumentam a produtividade de maneira sustentável e melhoram a qualidade de vida das famílias envolvidas. Além disso, as cooperativas servem como plataformas de troca de conhecimento, permitindo que os agricultores compartilhem experiências e técnicas inovadoras, e desenvolvam uma visão mais integrada e holística do desenvolvimento rural sustentável. (GIESTA; SILVA, 2005).

A agricultura familiar é um segmento que enfrenta uma série de desafios complexos relacionados à sustentabilidade, uso e produção de recursos naturais (água, terra, alimentos, etc.), acesso a crédito, produção de insumos e assistência técnica e extensão rural. Esses fatores desempenham um papel crucial no desenvolvimento dos agricultores familiares, influenciando diretamente sua capacidade de crescer e prosperar no setor. (ROCHA, 2014).

Segundo os pesquisadores (ANDRADE; ALMEIDA, 2022) com a hipótese que os agricultores familiares da região do Baixo Sul da Bahia utilizam os critérios de ESG em suas atividades produtivas, o estudo buscou o objetivo de monitorar o perfil dos produtores rurais e as informações a respeito da gestão do planejamento da agricultura familiar e utilização de técnicas sustentáveis de produção agrícola.

A pesquisa foi realizada na região do Baixo Sul da Bahia, região caracterizada por marcantes vulnerabilidades sociais e degradação ambiental, um território de identidade constituído por 14 municípios: Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães. (ANDRADE; ALMEIDA, 2022, p. 9).

Em relação à gestão do planejamento da agricultura familiar, 73,3% dos participantes relataram ter benefícios por parte de determinadas políticas públicas, tais como bolsa família [Programa de Transferência Direta de Renda], Agroamigo [Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste], Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], enquanto 26,7% dos produtores rurais não possuem qualquer benefício. Na década de 90, o Brasil viveu um marco importante voltado para as políticas agrícolas, com um foco especial para a agricultura familiar e pela consolidação de uma perspectiva inovadora de gestão pública com identificação da necessidade de apreciação de novas ações governamentais. Uma maior importância do Estado ao produtor familiar advém tanto do fortalecimento dos movimentos sociais vinculados às causas camponesas quanto do entendimento da importância desse setor familiar enquanto categoria econômica. (ANDRADE; ALMEIDA, 2022, p. 13).

Para (ANDRADE; ALMEIDA, 2022) no âmbito de investigar o impacto do programa Bolsa Família na frequência escolar de crianças e adolescentes (5 a 14 anos) de produtores rurais da agricultura familiar nos estados de Pernambuco, Ceará, Sergipe e Paraíba, observou-se que a frequência escolar é significativamente mais alta entre crianças pertencentes a famílias beneficiárias do programa (98,1%). Além disso, as famílias estudadas apresentam um perfil em que as mães têm maior nível de escolaridade. Esses resultados indicam que as políticas públicas destinadas a reduzir a carência educacional no ambiente rural do Nordeste não devem se limitar apenas a programas de transferência de renda. É essencial considerar políticas complementares que promovam a inserção de novas tecnologias e uma conexão mais ampla com o mercado, para promover avanços sociais e econômicos nesse contexto.

Ao estudar agricultores familiares no Território da Bacia do Jacuípe e no semiárido da Bahia, descobriu-se que aqueles que recebem o Bolsa Família contribuem para o surgimento de redes sociais sustentadas pelo fluxo de dinheiro,

promovendo novos sistemas de práticas, vínculos e representações sociais. Quanto ao Agroamigo, desenvolvido pelo Banco do Nordeste em 2005 para fortalecer o município Microcrédito Rural Pronaf (Grupo B) e melhorar as condições socioeconômicas dos agricultores familiares, investigamos seus resultados nos atendimentos pela Agência de Pau dos Ferros/RN entre 2005 e 2015. Os resultados mostraram um aumento significativo no acesso ao crédito do Pronaf B através do Agroamigo, destacando sua importância para a viabilização das políticas governamentais de incentivo ao desenvolvimento rural. No entanto, foram identificados desafios como burocracia na concessão de crédito e falta de assistência

Quando questionados sobre associação/cooperação, 53% dos entrevistados são associados/cooperados, 20% não o são, 23% têm interesse em se associar, enquanto apenas 4% não pretendem associar-se. É relevante notar que 76% dos entrevistados estão cientes de suas responsabilidades como cooperados/associados. O cooperativismo emerge como uma estratégia eficaz para enfrentar desafios e fortalecer as atividades produtivas, proporcionando melhores resultados e facilitando uma integração mais dinâmica na economia local. Assim, os agricultores familiares buscam estimular suas atividades produtivas por meio do engajamento em associações e cooperativas, beneficiando-se de tecnologias avançadas, acesso ao crédito e entrada em mercados maiores. (ANDRADE; ALMEIDA, 2022).

Para (ANDRADE; ALMEIDA, 2022) os resultados encontrados acerca das variáveis assistência técnica e acompanhamento de custos, apontaram que 90% dos produtores rurais possuem acesso a ambos, e 93,3% dos produtores possuem controle de produção.

No que diz respeito às técnicas de produção sustentável, a maioria dos produtores realiza a gestão de resíduos (65%), e 70% dos entrevistados relataram já ter praticado queimada ou desmatamento. A maior motivação que os levou os produtores a utilizar práticas de queimada foi porque é a prática mais acessível e fácil, ou que os produtores não conheciam uma alternativa diferente, bem como suas consequências ambientais. Também foi verificado que 97% dos produtores utilizam rotação/sucessão ou consórcio/sistema agroflorestal. As principais culturas produzidas nas propriedades são: cacau,

banana, cupuaçu, seringueira e mandioca. Os motivos que levam os agricultores familiares a diversificarem suas culturas é devido ao fato de os mesmos possuírem uma perspectiva empreendedora na busca de novas culturas, ou seja, inerente de grande parte dos agricultores. (ANDRADE; ALMEIDA, 2022, p. 19).

Além disso, o que contribui para manter as culturas diversificadas é a necessidade de retornos financeiros mais rápidos e a renda da propriedade rural não depender somente de uma cultura. De acordo com o mesmo diante de ferramentas produtivas de minimização do impacto ambiental da prática agrícola, é cabível enfatizar que as atividades conservacionistas são incipientes no Brasil, em que apenas 10,4% dos produtores em território brasileiro empregam o plantio direto e 13,6% ainda utilizam a queimada como estratégia de manejo do solo, e 32,8% fazem uso do método de adubação, sendo que 78,2% representados por fertilizantes químicos e somente 45% aplicam a adubação orgânica, dados estes que concordam com os resultados desse estudo. (ANDRADE; ALMEIDA, 2022, p. 19).

Na região do Baixo Sul da Bahia, segundo os pesquisadores (ANDRADE; ALMEIDA, 2022) o perfil dos produtores de agricultura familiar assistidos por cooperativas e ONGs voltados para a conservação socioprodutiva, além de jovens formados nas Casas Familiares, é majoritariamente composto por homens, com idades entre 18 e 30 anos e nível de escolaridade variando entre Ensino Médio Incompleto e Ensino Técnico. Apesar dessa predominância masculina, é importante ressaltar a participação efetiva das mulheres na gestão das propriedades agrícolas e no compartilhamento das atividades produtivas, refletindo o esforço de inclusão e empoderamento de mulheres e meninas em consonância com os objetivos sociais da Agenda ESG e contribuindo para a meta de maior equidade de gênero na Agenda 2030.

A maioria dos produtores se beneficia de políticas públicas, como o Bolsa Família, Agroamigo e Pronaf, o que evidencia que o acesso a oportunidades que promovam o crescimento econômico deve ser inclusivo e sustentável. que adotam técnicas de gestão de resíduos, a partir de capacitações e assistência técnica, promovem maior harmonia com o meio ambiente, implementando práticas de reutilização, reciclagem e padrões de produção e consumo mais sustentáveis. Isso é reforçado pelo fato de 97% dos produtores utilizarem rotação de culturas, consórcio e/ou sistemas agroflorestais. Contudo, o relato de práticas anteriores como

queimadas e desmatamentos reforça a necessidade de uma exigência mais rigorosa do mercado consumidor, empresários e investidores para monitorar e considerar que a adoção de critérios ESG e de sustentabilidade representa uma transformação essencial nas práticas agrícolas. (ANDRADE; ALMEIDA, 2022).

O agronegócio é reconhecido como um dos setores mais significativos da economia brasileira, representando 25% do Produto Interno Bruto (PIB) do país até 2022. O Brasil foca na exportação de commodities agrícolas e é um dos maiores produtores e exportadores mundiais de vários produtos, como soja, milho, algodão, carne bovina, carne suína, açúcar e café. No entanto, considerando a safra brasileira de 2019/2020, que produziu aproximadamente 49 milhões de sacas, a produção nacional precisa aumentar cerca de 40% para atender à demanda interna e internacional. Para atender à crescente demanda por café, é vital garantir um processo de produção sustentável. Isso significa equilibrar fatores econômicos, sociais e ambientais para criar valor que beneficie todos os envolvidos, conforme proposto pelo modelo Triple Bottom Line. Dessa forma, as organizações podem construir um modelo de negócio sólido que beneficia acionistas, stakeholders e a sociedade. (PERALTA, et al. 2024, p. 46).

O conceito de ESG (ambiental, social e governança) complementa as questões de sustentabilidade, fornecendo critérios mais detalhados para avaliar a sustentabilidade e o desempenho de responsabilidade social corporativa de uma empresa, principalmente de uma perspectiva financeira. Essa abordagem ajuda as empresas a aprofundarem seu conhecimento desses aspectos enquanto se alinham aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável delineados na Agenda 2030 da ONU. (PERALTA, et al. 2024).

Investir em práticas ESG no agronegócio permite modernizar a cadeia de produção. Isso também ajuda os agricultores a obter certificações ou selos ESG sustentáveis para seus produtos, comprovando que seguem os princípios de sustentabilidade. Como resultado, eles obtêm acesso a benefícios como taxas de juros mais baixas, novos mercados, maior lucratividade por safra e oportunidades de atrair novos investidores.

A Cooperativa Cooxupé começou como uma cooperativa de crédito agrícola em 1932 e se transformou na Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé em 1957, passando a processar e comercializar café. Hoje, com mais de 18.000 membros, a Cooxupé recebe café de mais de 300 municípios em Minas Gerais e

São Paulo para exportação. Em 2022, o café dos membros foi exportado para mais de 50 países. Entre 2012 e 2022, a cooperativa aumentou a participação de pequenos produtores e agricultura familiar (98%), investiu em programas de sustentabilidade e cafés especiais, melhorou a formação profissional dos funcionários e associados, promoveu ações sociais e registrou evolução constante nos indicadores financeiros.

Segundo Peralta, et al (2024) a cooperativa está comprometida com a sustentabilidade ao produzir cafés de alta qualidade (cafés especiais) e buscar eficiência, menor poluição e uso responsável de recursos naturais. Implementou medidas como a disposição adequada das embalagens de soluções de proteção de culturas, ajudando a reduzir custos, cumprir regulamentações e facilitar práticas sustentáveis entre os membros.

A Cooxupé destaca-se por suas práticas ambientais robustas, especialmente na gestão de resíduos e efluentes. Implementou sistemas eficazes de separação, reciclagem e tratamento de resíduos sólidos e líquidos em suas unidades de processamento de café, além de investir em estações de tratamento de efluentes para processar a água residual antes de ser devolvida ao meio ambiente, reduzindo a contaminação dos recursos hídricos.

Focada na conservação da água e na proteção do solo, a Cooxupé desenvolveu técnicas eficientes de irrigação e sistemas de reutilização de água, além de métodos de plantio direto e práticas de cobertura do solo para prevenir erosão e melhorar a saúde do solo. Investimentos em energia renovável, como solar e biomassa, também são uma prioridade para reduzir a pegada de carbono e promover a sustentabilidade energética.

Educação e certificação são componentes críticos das ações ambientais da Cooxupé. A cooperativa oferece programas de treinamento sobre práticas sustentáveis e busca rigorosas certificações ambientais, como Rainforest Alliance e orgânica. Participa de projetos de recuperação de áreas degradadas e promove a gestão sustentável de áreas protegidas para preservar a biodiversidade local. Essas ações beneficiam o meio ambiente, melhoram a posição de mercado da cooperativa e contribuem para um desenvolvimento mais sustentável da indústria do café. (PERALTA, et al. 2024).

De acordo com Silva, Oliveira e Alves (2021), Programas e Certificações de Sustentabilidade evidenciam a importância das práticas sustentáveis e favorecem o

reconhecimento nos mercados nacional e internacional, resultando em retornos financeiros significativos para os membros cooperados. Além disso, o centro de educação ambiental e a agricultura familiar destacam o valor das práticas sustentáveis em colaboração com a comunidade, demonstrando como é possível aumentar a quantidade e a qualidade da produção, promovendo o crescimento socioeconômico dos cooperados.

A Cooxupé se destaca por suas iniciativas de desenvolvimento comunitário, que visam melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida nas áreas onde opera. Projetos como a construção de escolas e centros de saúde e a melhoria da infraestrutura básica têm um impacto significativo nas comunidades locais, contribuindo para o crescimento socioeconômico e o bem-estar geral.

Ela está comprometida em promover a igualdade de gênero e a inclusão social, apoiando a participação equitativa de mulheres e grupos marginalizados em suas atividades. A cooperativa também apoia o empreendedorismo local através de financiamento e consultoria e investe em educação e treinamento contínuo para crianças e jovens. Essas ações reforçam o compromisso da Cooxupé com o desenvolvimento sustentável e o apoio social, criando um impacto positivo e duradouro nas comunidades em que opera. (PERALTA, et al. 2024, p. 51).

A Cooxupé adota uma governança clara e transparente, com um Conselho de Administração que supervisiona decisões estratégicas e operacionais. A cooperativa implementa políticas rigorosas de conformidade e ética para garantir a adesão às leis e regulamentos, além de realizar auditorias internas e externas regularmente, assegurando a integridade das operações e construindo confiança nas informações financeiras fornecidas.

Para promover a transparência financeira, a Cooxupé publica relatórios detalhados e acessíveis, permitindo que membros e partes interessadas avaliem a saúde financeira da cooperativa. A participação ativa na tomada de decisões é incentivada por meio de assembleias gerais e comitês, garantindo que as decisões reflitam os interesses e necessidades dos membros.

A cooperativa investe em gestão de risco para identificar e mitigar ameaças potenciais às suas operações, desenvolvendo e atualizando políticas e procedimentos operacionais para garantir práticas consistentes e eficientes. Treinamentos contínuos para líderes e gerentes aprimoram as capacidades de governança, enquanto a comunicação regular com as partes interessadas garante

que suas expectativas e preocupações sejam atendidas. Essas práticas asseguram uma governança eficaz e sustentável, promovendo responsabilidade e confiança dentro da cooperativa. (PERALTA, et al. 2024).

A consultoria da TOTVS auxilia a cooperativa a estabelecer indicadores ESG, aprimorando a clareza de suas ações e permitindo a tomada de decisões menos arriscadas. Além disso, a supervisão e o conselho de administração são aliados essenciais para aumentar a transparência dos processos. Eles implementaram procedimentos contábeis e um comitê de auditoria, demonstrando uma gestão profissional. Isso elevou a credibilidade no mercado e melhorou a comunicação com as partes interessadas. (Global Compact, 2004).

Implementar práticas ESG na Cooperativa Cooxupé trouxe muitos benefícios, como redução de custos operacionais, cumprimento de padrões governamentais, acesso a mercados competitivos e melhores preços. As práticas ESG aumentam o valor dos produtos, facilitam programas de sustentabilidade, melhoram o desempenho no mercado e fortalecem o relacionamento com as comunidades locais. Além disso, aumentam a produtividade e qualidade da produção sustentável, atraem novos públicos, promovem treinamento e engajamento dos membros, desenvolvem parcerias, trazem mais transparência, reduzem riscos, aumentam a credibilidade, melhoram a comunicação com colaboradores e facilitam o acesso a certificações.

A pesquisa para Peralta, et al (2024) revela a importância do planejamento estratégico, adaptação às tendências futuras e suporte à equipe para manter os padrões de sustentabilidade. A comunicação estratégica é essencial para engajar stakeholders. A Cooxupé, reconhecida por suas práticas ESG, pode continuar avançando aplicando essas percepções, fortalecendo sua posição competitiva e promovendo o desenvolvimento sustentável na indústria do café. Recomendações incluem fortalecer a transparência da cadeia de suprimentos, investir em treinamento, promover o engajamento comunitário, adotar programas de certificação e desenvolver a inovação em práticas ESG.

3 MÉTODO

Neste capítulo serão apresentados os principais passos do método utilizado para o alcance dos objetivos propostos na pesquisa. Para tanto, neste capítulo constam o delineamento da pesquisa, a população e a amostra, os procedimentos e o instrumento de coleta de dados, a análise e o tratamento dos dados tendo como intuito dar respostas às questões norteadoras deste estudo.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Segundo Gil (2007, p. 17) pesquisa é definida como “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Para esse estudo ser desenvolvido optou-se por uma pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. A pesquisa exploratória, segundo Gil (2007), é uma abordagem investigativa que busca aprofundar o entendimento e examinar uma questão ou fenômeno de interesse. Seu propósito é se familiarizar com um tema que seja emergente ou não tenha sido amplamente estudado. O objetivo final é que o pesquisador esteja preparado para formular hipóteses. Este tipo de pesquisa é tipicamente conduzido nas fases iniciais de um projeto para ganhar uma visão inicial e abrangente do tema, podendo incluir atividades como revisão bibliográfica, entrevistas, observações e outros métodos qualitativos de coleta de informações.

Gil (2002, p. 41) destaca que “a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato”. Justificando-se de que “esse tipo de pesquisa é realizada, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. O estudo apresenta uma natureza descritiva, visando solucionar questões e aprimorar a prática através de avaliações e descrições claras, utilizando entrevistas para coletar dados acerca do objeto em análise.

De acordo com Moreira e Caleffe (2008, p.70) “a pesquisa descritiva é um estudo de status que é amplamente usado na educação nas ciências comportamentais. Trivinõs (2011, p.110), ainda ressalta que “os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar,

para que a pesquisa tenha um grau de validade científica necessita-se de uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados”.

A pesquisa de abordagem qualitativa proporciona uma série de métodos de investigação e coletas de dados, através de entrevistas, questionários, observações, documentos e registros. Sendo escolhido para esta pesquisa, como forma de obtenção de dados, o questionário, com questões abertas e fechadas, realizada na plataforma formulários google, enviadas por meio de whatsapp para os respondentes. Por acreditar-se que através deste método haveria aquisição de resultados mais autênticos com relação aos objetivos desejados. Segundo Laville e Dionne (1999), discorrendo sobre o tema, dizem, que a abordagem qualitativa permite apanhar uma parte da significação de um conteúdo através das frequências e outros índices da importância relativa de seus elementos, daí o interesse de abordagens mais qualitativas que conservam a forma literal dos dados.

A pesquisa exploratória é uma abordagem investigativa que busca aprofundar o entendimento e examinar uma questão ou fenômeno de interesse. Seu propósito é se familiarizar com um tema que seja emergente ou não tenha sido amplamente estudado. O objetivo final é que o pesquisador esteja preparado para formular hipóteses. Este tipo de pesquisa é tipicamente conduzido nas fases iniciais de um projeto para ganhar uma visão inicial e abrangente do tema, podendo incluir atividades como revisão bibliográfica, entrevistas, observações e outros métodos qualitativos de coleta de informações. Segundo Gil (2002, p. 41) destaca que “a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato”. Justificando-se de que “esse tipo de pesquisa é realizada, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O universo, ou população segundo Vergara (1997, p. 60) “é o conjunto de elementos que possuem as características que serão objeto do estudo, e a amostra, ou população amostral, é uma parte do universo escolhido selecionada a partir de um critério de representatividade”. Com isso, esta pesquisa tem como população

agricultores familiares situados no município de Imbuia na região do Alto Vale do Itajaí em Santa Catarina.

A amostra do projeto foi de 14 propriedades familiares do município, os quais responderam o questionário, sendo que pelo menos 1 integrante de cada família respondeu o questionário, assim representando a propriedade, o que teve como intuito identificar o nível de conhecimento que estes possuem a respeito do ESG em suas propriedades. O processo de amostragem utilizado será o não probabilístico.

De acordo com Malhotra (2001), a amostragem não-probabilística confia no julgamento pessoal do pesquisador e não na chance de selecionar os elementos amostrais. Para Mattar (p. 132) “é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo”.

3.3 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Para Lakatos & Marconi (2003, p. 158). “As técnicas de coleta de dados são um conjunto de regras ou processos utilizados por uma ciência, ou seja, corresponde à parte prática da coleta de dados”.

A coleta de dados ocorreu na forma de questionário, elaborado pelo autor da pesquisa, possuindo 20 questões ao todo, sendo 18 objetivas e 2 dissertativas. Assim foi realizada a entrevista em 14 propriedades familiares no município de Imbuia - SC que possuem de algum modo oferecem diferentes contextos geográficos, socioeconômicos e produtivos. A fase de coleta de dados é o momento em que ocorrem as interações com os participantes escolhidos para o estudo. É essencial que as atividades relacionadas à obtenção de dados sejam meticulosamente organizadas e monitoradas, garantindo assim a alta qualidade das informações coletadas. As perguntas foram formuladas com a intenção de abordar os principais aspectos do problema e também considerando os objetivos detalhados do estudo.

Quanto ao tratamento dos dados, foi analisado o conteúdo para entender o ponto de vista dos agricultores e descobrir quais são os desafios e as oportunidades ao aplicar novas práticas em suas terras.

Após baixar as planilhas e gráficos com as respostas do questionário, o objetivo foi estruturar esse conteúdo para analisar, organizando as ideias iniciais com as respostas coletadas. Com o objetivo de examinar os detalhes importantes, incluindo o que ajuda ou atrapalha a adoção de práticas ESG, além de sugerir maneiras de tornar essas práticas mais eficazes e sustentáveis.

4. ANÁLISE DE DADOS: ESTRATÉGIAS ESG NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM IMBUIA- SC

Nesta seção, são apresentados e analisados os resultados obtidos a partir da pesquisa, com foco em compreender o nível de conhecimento, percepção e adoção de práticas ESG (ambientais, sociais e de governança) pelos agricultores familiares do município de Imbuia-SC. Os dados coletados nas entrevistas com 14 propriedades familiares são explorados para identificar os principais desafios enfrentados pelos agricultores, bem como as oportunidades para a implementação efetiva dessas práticas no contexto rural. Além disso, busca-se correlacionar os resultados com as dimensões teóricas discutidas anteriormente, destacando aspectos relevantes para a construção de estratégias que promovam uma agricultura mais sustentável, inclusiva e alinhada às demandas contemporâneas. Por fim, são discutidas as implicações dos resultados para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental da região, contribuindo para uma visão mais abrangente sobre a integração do ESG na agricultura familiar.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DE IMBUIA

Esta pesquisa de conclusão de curso tem como um de seus objetivos aplicar um questionário com agricultores de produção familiar do município de Imbuia, região do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

O Alto Vale do Itajaí é uma região localizada no estado de Santa Catarina, caracterizada pela agricultura familiar. A região é montanhosa e possui um clima propício para diversas culturas. A produção agrícola é principalmente dominada pela cebola, fumo e arroz, que juntos representam 84% do valor total da produção agrícola da área. Na produção de cebola destacam-se os municípios de Ituporanga, Alfredo Wagner e Aurora. A produção de arroz tem os municípios de Pouso Redondo, Taió e Mirim Doce como maiores produtores. Os municípios de Santa Terezinha, Vidal Ramos e Ituporanga se destacam na produção de fumo. Além desses produtos principais, a região também cultiva feijão, milho e mandioca. Na produção animal, são importantes o leite, mel, peixe, suínos e aves. Além da agricultura e pecuária, o Alto Vale do Itajaí também é conhecido por outras

atividades rurais, como o turismo que teve notoriedade recentemente, pequenas indústrias agrícolas e cultivo de frutas.

A região possuindo essas características faz do Alto Vale do Itajaí uma região rica e diversificada em sua produção agrícola e pecuária, além de oferecer oportunidades para outras atividades econômicas no meio rural.

O município de Imbuia está localizado a centro-leste de Santa Catarina, distante 150 quilômetros de Florianópolis. Tem seus limites: ao norte e ao leste, com Vidal Ramos, ao norte e ao oeste, com Ituporanga e ao sul, com Leoberto Leal e Alfredo Wagner. Possui uma área de 120,34 quilômetros quadrados, com altitude de 761,783 metros. O clima é subtropical, com ocorrências de geadas e vento.

Com relação a hidrografia, Imbuia conta com um modesto arroio – Arroio de Imbuia – que tem pequenas nascentes que, por sua vez, se juntam no centro da cidade. O arroio segue seu curso até a localidade de Rio Bonito, já no município de Ituporanga, onde desemboca no Rio Itajaí-Açu. Outros arroios aparecem nas localidades de Samambaia, Campos das Flores, Nova Alemanha, Águas Cristalinas, Bracatinga, Garrafão e Alto Rio Engano. Sua vegetação característica é a Mata Atlântica, destacando-se a araucária, a erva-mate e a imbuia, embora sua área florestal tenha sido reduzida.

Os primeiros colonizadores a chegarem onde hoje é o município Imbuia eram imigrantes alemães que chegaram por volta dos anos 1930. Na época, o local – uma imensa floresta de imbuias – se chamava Chapadão do Rio dos Bugres e atraiu os colonizadores pela abundância da imbuia. A madeira nativa está sendo, hoje, substituída por imbuia de reflorestamento.

Imbuia foi distrito de Ituporanga, até 23 de agosto de 1962, quando foi criado o município, a instalação ocorreu em 10 de setembro de 1962. A cidade cresceu e se desenvolveu graças ao trabalho dos alemães, italianos e poloneses, principais etnias.

O município de Imbuia, localizado no Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina, tem apresentado um desenvolvimento econômico e social significativo. Este progresso é resultado de alguns fatores, como a diversificação da economia local, investimentos em infraestrutura e melhorias nos setores de educação e centro sociais.

A base econômica de Imbuia é fortemente sustentada pela agricultura. A produção de fumo, milho e feijão é destaque, além da crescente diversificação com

a introdução de culturas como hortaliças e frutas. Além disso, possui uma pequena pecuária como criação de gado para produção de leite e carne. A adoção de técnicas de manejo sustentável e melhoria genética tem aumentado a produtividade em algumas propriedades.

O município possui um comércio local, atendendo às necessidades da população e impulsionando a economia. Pequenos empreendedores desempenham um papel crucial nesse setor. A gestão pública tem investido na melhoria da infraestrutura escolar, recentemente com construção nas unidades básicas tanto municipal como federal e na capacitação dos professores. Além de ter uma participação muito significativa no esporte, promovendo vários campeonatos de futsal e futebol entre crianças e adolescentes.

O município vem se importando cada vez mais com a assistência social oferecida para os idosos. Com isso foi criado vários centros de convivência que oferecem atividades recreativas, culturais e educativas para idosos, promovendo a socialização e o engajamento comunitário.

No que diz respeito à sustentabilidade ambiental, a conservação dos recursos naturais é um desafio, especialmente devido à atividade agrícola. Iniciativas para práticas agrícolas sustentáveis e preservação das áreas verdes são essenciais.

Outro fator importante é que há uma necessidade de diversificar ainda mais a economia local para reduzir a dependência do agronegócio e fortalecer outros setores, como indústria e comércio. Mas com isso é preciso melhorar o investimentos com infra estruturas básicas, como saneamento e eletricidade, é fundamental para assegurar um ambiente propício ao desenvolvimento econômico e social.

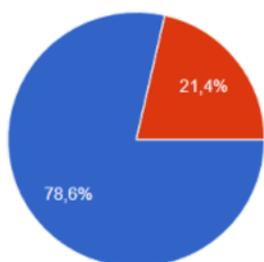
4.2 DADOS DA PESQUISA

Inicialmente foram efetuadas perguntas no âmbito do conhecimento que os agricultores possuem sobre ESG. A grande maioria dos respondentes 78,6% está familiarizada com o conceito de práticas ESG, indicando um bom nível de conscientização sobre o tema (Gráfico 1). Sobre a importância atribuída às práticas, a maioria dos respondentes 57,1% considera a adoção de práticas sustentáveis importante, com 28,6% julgando-as muito importantes. Apenas uma pequena fração

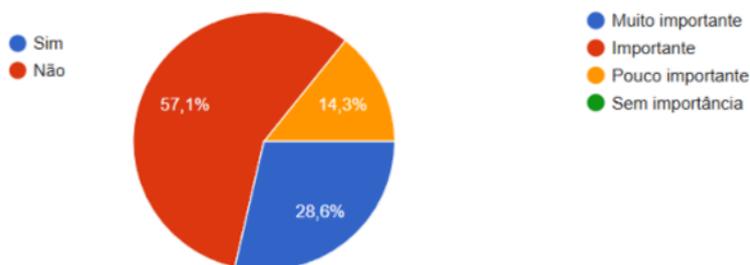
14,3% considera essas práticas pouco importantes, e ninguém as julga sem importância.

Gráfico 1: Conhecimento sobre ESG dos produtores localizados no município de Imbuia SC

Familiarização com ESG



Importância atribuída

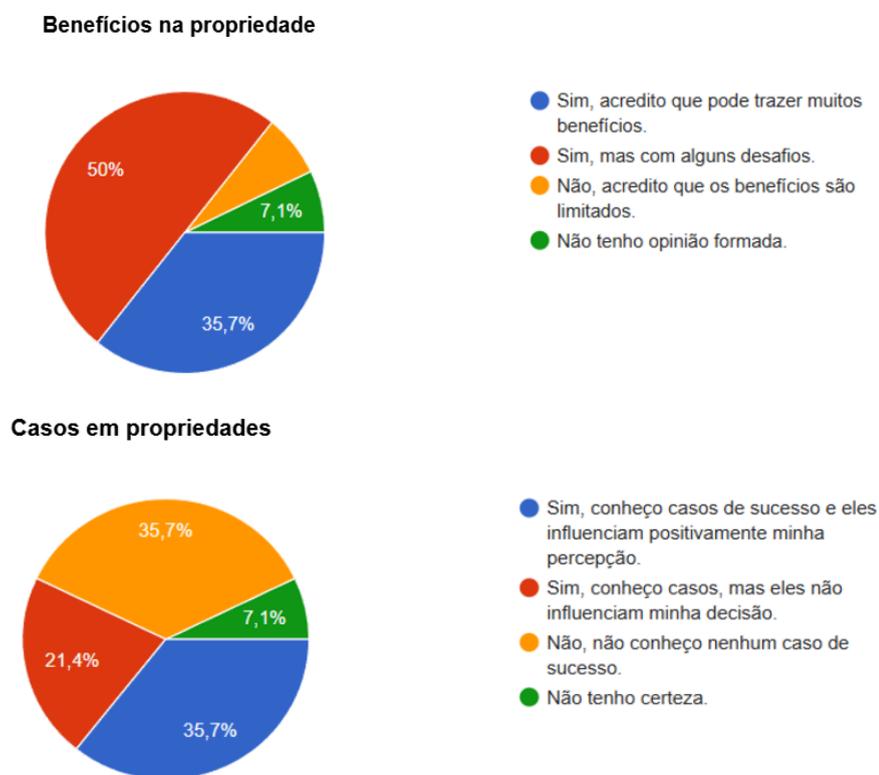


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2024)

Os dados revelam uma percepção positiva em relação às práticas ESG entre os respondentes, com uma alta familiaridade e reconhecimento da importância dessas práticas nas propriedades agrícolas.

A maioria dos respondentes 50% acredita que a implementação de práticas ESG pode trazer benefícios, mas com alguns desafios. Uma porcentagem significativa 35,7% está totalmente confiante nos benefícios. Uma pequena fração 7,1% vê benefícios limitados, enquanto uma parte igual a 7,1% não tem opinião formada (Gráfico 2). Os resultados mostram uma divisão na influência dos casos de sucesso na percepção dos respondentes. Enquanto 35,7% conhecem casos de sucesso e são positivamente influenciados, uma proporção igual não conhece nenhum caso. Um grupo menor 21,4% conhece casos de sucesso, mas isso não influencia suas decisões. Por fim, 7,1% não têm certeza.

Gráfico 2: Percepção das práticas ESG nas propriedades familiares localizadas no município de Imbuia SC



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2024)

Indica-se uma visão predominantemente positiva sobre a implementação de práticas ESG, apesar de reconhecer desafios. O conhecimento sobre casos de sucesso é variado, com uma influência considerável sobre aqueles que estão cientes deles.

Eles reconhecem a importância dessas práticas e estão cientes dos benefícios que elas podem proporcionar, apesar dos desafios potenciais. A alta familiaridade com o conceito de ESG sugere que os agricultores possuem um bom nível de conhecimento sobre o assunto, o que é fundamental para a implementação efetiva dessas práticas. Além disso, casos de sucesso desempenham um papel crucial em moldar a percepção e incentivar a adoção de práticas. Esse panorama mostra que, embora haja desafios, os agricultores estão abertos e receptivos à adoção de práticas ESG, o que representa um passo positivo rumo à sustentabilidade no setor agrícola.

4.3 PRÁTICAS AMBIENTAIS NAS PROPRIEDADES

No que diz respeito ao conhecimento de métodos de preservação ambiental, a maioria dos respondentes, 78,6%, acredita que os sistemas de controle ambiental como o CAR são positivos e trazem bons resultados. Uma parcela menor, 14,3%, concorda com as exigências, mas vê limitações nos resultados. Apenas 7,1% não concorda com as exigências, considerando-as burocráticas e pouco eficazes. Nenhum dos respondentes ficou indeciso.

Os respondentes estão divididos igualmente sobre a crença de que práticas sustentáveis podem trazer benefícios econômicos. Metade (50%) acredita que há um potencial para melhorar a rentabilidade, enquanto a outra metade (50%) é cautelosa, acreditando que os benefícios dependem das circunstâncias (Gráfico 3). Ninguém respondeu negativamente ou disse não saber.

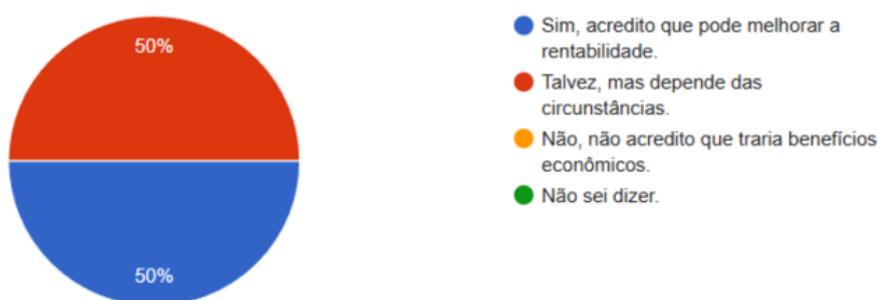
Nota-se uma percepção amplamente positiva sobre as políticas ambientais do Brasil, com uma forte maioria concordando com as exigências do CAR e acreditando que elas trazem bons resultados. No entanto, há um reconhecimento de que os benefícios dessas políticas ainda podem ser limitados. Quanto à adoção de práticas sustentáveis, há um consenso de que tais práticas têm o potencial de melhorar a rentabilidade, embora com alguma cautela dependendo das circunstâncias específicas.

Gráfico 3: Opinião de políticas ambientais nas propriedades familiares localizadas no município de Imbuia SC

Percepção sobre o (CAR)



Benefícios de práticas sustentáveis



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2024)

De acordo com Neto e Melo (2016), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi instituído pela Lei nº 12.651/2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA), e consiste na coleta de informações georreferenciadas das propriedades rurais. Esse levantamento inclui a delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, áreas rurais consolidadas, áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de criar um mapa digital para calcular os valores dessas áreas para diagnóstico ambiental.

O CAR é uma base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e outras formas de vegetação nativa no Brasil, além de ser essencial para o planejamento ambiental e econômico das propriedades rurais. A inscrição no CAR, acompanhada de um compromisso de

regularização ambiental quando necessário, é um pré-requisito para acesso à emissão das Cotas de Reserva Ambiental e aos benefícios previstos nos Programas de Regularização Ambiental (PRA) e de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente, ambos definidos pela Lei nº 12.651/2012.

Assim, o CAR é uma ferramenta fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades rurais. No entanto, sua implementação enfrenta diversos desafios, como a falta de recursos financeiros e humanos nos órgãos federais, a carência e o desencontro de informações, que geram resistência dos produtores à adesão ao cadastro. Além disso, mudanças frequentes na legislação ambiental nas esferas municipal, estadual e federal agravam essa situação.

Os produtores enfrentam dificuldades para se cadastrar devido ao acesso limitado à internet e à falta de informações claras sobre o cadastro, gerando desconfiança.

O adiamento do prazo para inscrição no CAR destacou que os desafios da nova legislação florestal não foram superados. A prorrogação do prazo sem uma estratégia de mobilização social, especialmente para pequenos agricultores, complicou a situação. A maioria dos estados não possui recursos dedicados à implementação da Lei nº 12.651/2012, e os órgãos ambientais enfrentam falta de estrutura e pessoal para gerenciar o CAR e o Programa de Regularização Ambiental (PRA). A assistência técnica e extensão rural nos estados também são insuficientes devido à falta de efetivo e recursos.

Superar obstáculos e atingir condições ideais traz desafios proporcionais às imensas oportunidades existentes. A integração das motivações socioeconômicas e de preservação ambiental é essencial nesse processo. Ainda há resistência à conscientização entre agricultores e mercados consumidores, e em certas regiões, ideais ultrapassados da economia tradicional prevalecem.

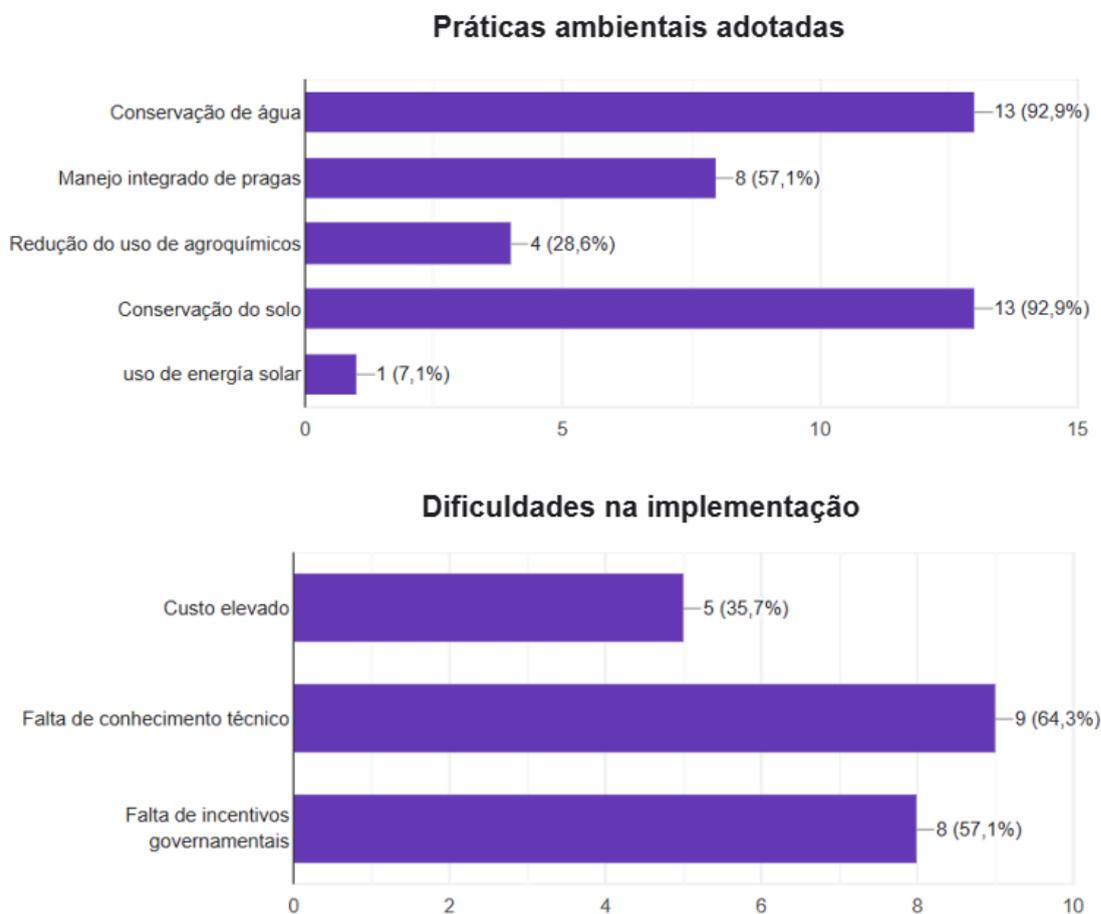
Nesse contexto, é crucial que governos, empresas e a sociedade civil organizada unam esforços para direcionar a transição para uma economia mais justa e sustentável, onde os ativos ambientais sejam preservados e os benefícios do manejo do capital natural sejam melhor distribuídos.

Também foi perguntado aos agricultores quais práticas ambientais eles adotam em suas propriedades, e quais desafios eles enfrentam em implementá-las.

O gráfico (Gráfico 4) responde à pergunta sobre as práticas ambientais sustentáveis adotadas pelos participantes em suas propriedades. A conservação de água é amplamente praticada, com 13 participantes (92,9%) implementando medidas para conservar água, como o uso de sistemas de irrigação eficientes e a captação de água da chuva. O manejo integrado de pragas foi adotado por 8 participantes (57,1%), evidenciando uma boa aceitação da ideia de controlar pragas utilizando métodos biológicos, culturais, mecânicos e químicos de forma integrada. Apenas 4 participantes (28,6%) reduziram o uso de agroquímicos, possivelmente indicando desafios ou a falta de alternativas viáveis para alguns produtores. A conservação do solo, assim como a conservação de água, foi adotada por 13 participantes (92,9%), mostrando uma forte conscientização sobre a importância de manter a saúde do solo. No entanto, o uso de energia solar ainda é limitado, com apenas 1 participante (7,1%) utilizando essa fonte de energia, sugerindo possíveis barreiras econômicas ou tecnológicas para sua adoção.

O gráfico (Gráfico 4) analisa as dificuldades enfrentadas pelos participantes na implementação de práticas ambientais sustentáveis. Cinco participantes (35,7%) destacaram o alto custo como um obstáculo significativo, sugerindo que os investimentos iniciais elevados podem ser um desafio. A principal dificuldade relatada, mencionada por nove participantes (64,3%), foi a falta de conhecimento técnico, indicando a necessidade de mais treinamentos e suporte técnico para os produtores. Oito participantes (57,1%) enfrentam desafios devido à ausência de incentivos governamentais, sugerindo que políticas públicas mais robustas e subsídios poderiam fomentar a adoção de práticas sustentáveis.

Gráfico 4: Práticas ambientais adotadas e seus desafio para implementá-las nas propriedades familiares localizadas no município de Imbuia SC



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2024)

Os dados apresentados indicam que, embora haja uma boa adesão a algumas práticas sustentáveis, como a conservação de água e solo, outras áreas, como a redução de agroquímicos e o uso de energia solar, ainda enfrentam resistência. As principais barreiras incluem custos elevados, falta de conhecimento técnico e ausência de incentivos governamentais.

Com a crescente demanda por sustentabilidade, a agricultura enfrenta muitos desafios para adotar práticas sustentáveis. Especificamente no Brasil, o setor precisa se concentrar em diversos pontos críticos, como o uso de agrotóxicos, a contaminação do solo, o desmatamento, entre outros fatores que impactam tanto o meio ambiente quanto as pessoas. Esta responsabilidade recai não apenas sobre o

agricultor, mas também sobre seus fornecedores e clientes, todos interessados em aumentar a produtividade e manter práticas éticas em relação ao meio ambiente.

Neste contexto, o maior desafio da sustentabilidade na agricultura brasileira é aumentar o rendimento das lavouras enquanto se mantém o compromisso com a sustentabilidade. Diferente do que muitos acreditam, o setor agrícola já adota técnicas sustentáveis de manejo do solo, que conseguem combinar desenvolvimento sustentável com maior eficiência produtiva. No entanto, outro grande desafio é popularizar a implementação dessas práticas e técnicas sustentáveis. Muitos produtores aplicam essas técnicas de maneira incorreta, sem o apoio de assistência técnica qualificada. Com o primeiro insucesso, o produtor pode desacreditar na técnica e abandoná-la, achando que ela não funciona.

Diante desses desafios, é necessário adotar uma visão abrangente e envolver produtores, fornecedores, governantes e consumidores finais no esforço para garantir a sustentabilidade.

4.4 PRÁTICAS SOCIAIS NAS PROPRIEDADES

Dando seguimento a análise das respostas, têm-se as perguntas referentes às práticas sociais inseridas nas propriedades familiares, como condições de trabalho, programas de capacitação, e iniciativas políticas de Igualdade e Inclusão.

Foi perguntado se os agricultores consideram que sua propriedade oferece condições de trabalho dignas e seguras para todos os trabalhadores (Gráfico 5). Foi respondida positivamente por 100% dos participantes. Isso indica unanimidade entre os respondentes, sugerindo que todos consideram as condições de trabalho em suas propriedades como dignas e seguras. Este resultado é um indicativo positivo, sugerindo que os empregadores estão atentos às normas de segurança e bem-estar dos trabalhadores.

Referindo-se à participação em programas de capacitação, foi variada (Gráfico 5). Aproximadamente 57,2% dos respondentes afirmam ter participado ou oferecido programas de capacitação, seja de forma regular ou esporádica. No entanto, uma parte considerável (42,9%) nunca participou ou ofereceu tais programas.

Sobre políticas ou iniciativas específicas para promover a igualdade e inclusão, 21,4% das propriedades já possuem políticas claras de igualdade de

gênero e inclusão implementadas (Gráfico 5). Isso demonstra um compromisso concreto com a criação de um ambiente de trabalho mais inclusivo e igualitário. Além disso, a mesma proporção de 21,4% está nos estágios iniciais de implementação dessas políticas, indicando um movimento positivo na direção de maior inclusão e igualdade, embora o processo ainda esteja em seus primeiros passos.

Uma parcela considerável, representando 28,6%, está planejando adotar políticas de igualdade e inclusão, o que é encorajador, pois sugere uma conscientização crescente sobre a importância dessas políticas e um desejo de implementá-las no futuro próximo. No entanto, uma proporção igual de 28,6% acredita que essas políticas não são aplicáveis à sua realidade. Esse grupo representa um desafio significativo, pois pode haver barreiras culturais, estruturais ou de percepção que precisam ser abordadas para promover mudanças efetivas.

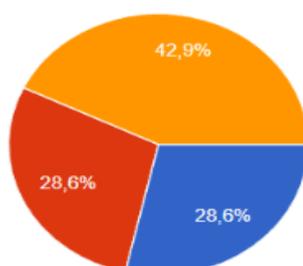
Gráfico 5: Práticas sociais adotadas e seus desafio para implementá-las nas propriedades familiares localizadas no município de Imbuia SC

Condições de trabalho dignas oferecidos



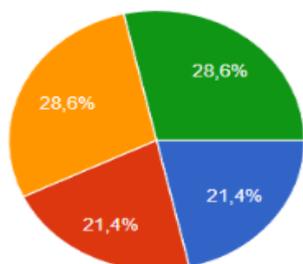
- Sim
- Não
- Não sei

Programas de capacitação oferecidos



- Sim, regularmente ofereço ou participo de programas de capacitação.
- Sim, mas de forma esporádica.
- Não, nunca participei ou ofereci.
- Não vejo necessidade.

Políticas ou iniciativas de inclusão



- Sim, temos políticas claras e implementadas.
- Sim, mas ainda estamos em fase inicial de implementação.
- Não, mas estamos planejando adotar.
- Não, e não vejo como aplicável à nossa realidade.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2024)

Os dados revelam que, enquanto todos os participantes consideram suas propriedades como ambientes de trabalho seguros e dignos, oferecendo condições de trabalho como alojamento, vestuário e alimentação, sugerindo que essas condições estão bem definidas nas propriedades, há uma lacuna significativa na participação em programas de capacitação. Geralmente, isso está atrelado à mão de obra pouco qualificada, uma vez que, devido à grande falta de mão de obra, os agricultores buscam trabalhadores de outras regiões que, muitas vezes, não possuem total conhecimento das culturas produzidas nas propriedades.

Infelizmente, a maioria dos agricultores tem pouco ou nenhum conhecimento sobre como capacitar esses trabalhadores. Isso pode resultar em práticas de

trabalho que não aproveitam todo o potencial dos funcionários e, em alguns casos, podem comprometer a segurança e a eficiência. Se houvesse programas regulares de capacitação, isso poderia assegurar a melhoria contínua das condições de trabalho e segurança, garantindo assim um ambiente de trabalho ainda mais saudável e seguro para todos os trabalhadores.

Além disso, a implementação de programas de capacitação poderia contribuir para a retenção de talentos, pois trabalhadores bem capacitados tendem a se sentir mais valorizados e engajados em seus empregos. Isso, por sua vez, pode levar a uma maior produtividade e satisfação no trabalho. Promover a capacitação contínua também pode ajudar a fomentar uma cultura de aprendizagem e inovação dentro das propriedades, preparando os trabalhadores para lidar com novas tecnologias e práticas agrícolas avançadas.

Embora as condições de trabalho básicas sejam consideradas boas, a implementação de programas de capacitação é crucial para garantir que todos os trabalhadores possam realizar suas tarefas de maneira eficaz e segura, contribuindo para um ambiente de trabalho mais produtivo e agradável.

4.5 PRÁTICAS DE GOVERNANÇA NAS PROPRIEDADES

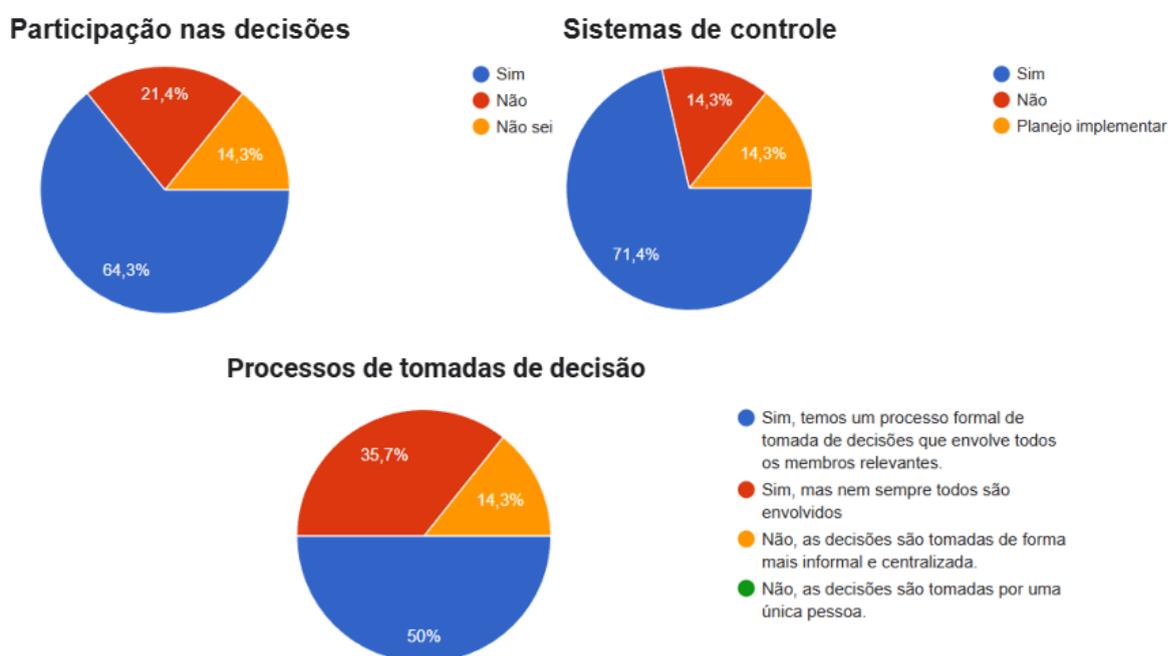
No que se refere a práticas de governança, buscou-se realizar perguntas sobre transparência, cumprimento de regulamentações e tomadas de decisão, com o intuito de ter conhecimento da participação que os membros da família possuem em suas propriedades.

Foi perguntado se a propriedade possui mecanismos para garantir a transparência e a participação dos trabalhadores nas decisões que afetam o dia a dia da operação (Gráfico 6). A maioria dos participantes, 64,3%, respondeu que suas propriedades possuem mecanismos para garantir a transparência e a participação dos trabalhadores nas decisões operacionais. Isso sugere um ambiente de trabalho colaborativo em muitas propriedades. No entanto, 21,4% indicam a ausência desses mecanismos, o que pode refletir áreas que necessitam de melhorias em termos de comunicação e participação. A parcela de 14,3% que respondeu "Não sei" pode indicar uma falta de conhecimento ou envolvimento direto com esses processos.

Já sobre o uso de sistema para assegurar regulamentações ambientais e trabalhistas. Uma maioria significativa de 71,4% utiliza sistemas de controle para assegurar o cumprimento das regulamentações ambientais e trabalhistas, o que demonstra um compromisso com a conformidade e a sustentabilidade (Figura 6). Os 14,3% que responderam "Planejo implementar" indicam uma tendência positiva de adoção desses sistemas no futuro. Os 14,3% que disseram "Não" representam uma área de preocupação, pois a ausência de tais sistemas pode levar a riscos de não conformidade.

E sobre como é efetuado as tomadas de decisões nas propriedades. Exatamente 50% das propriedades têm processos formais de tomada de decisões que envolvem todos os membros relevantes, o que sugere uma abordagem mais inclusiva (Gráfico 6). No entanto, 14,3% indicam um processo de decisão mais informal e centralizado, o que pode levar a uma menor transparência e participação. Os 35,7% que têm processos formais, mas não envolvem todos, indicam um meio-termo onde alguns membros ainda podem estar sendo excluídos das decisões chave.

Gráfico 6: Práticas de governança adotadas e como são implementadas nas propriedades familiares localizadas no município de Imbuia SC



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2024)

Os gráficos mostram um panorama variado das práticas de gestão e conformidade nas propriedades. Há uma tendência positiva em termos de transparência e conformidade com regulamentações, mas também áreas que necessitam de melhorias, especialmente no que diz respeito à inclusão de todos os membros no processo de tomada de decisões.

Isso provavelmente refere-se a como é formada a gestão das propriedades. No contexto de produtores familiares, as decisões são frequentemente tomadas por membros da família que trabalham na propriedade. Esse modelo de gestão familiar, embora tenha suas vantagens em termos de confiança e comunicação, pode também apresentar desafios. Nem todos os integrantes da família possuem

necessariamente um estudo ou conhecimento técnico aprofundado sobre gestão. A falta de preparo pode resultar em dificuldades na tomada de decisões, impactando a eficiência e a sustentabilidade das operações.

Portanto, enquanto há um compromisso crescente com a transparência e a conformidade, é crucial investir em capacitação e educação dos membros da família envolvidos na gestão. Isso não só melhoraria a tomada de decisões, mas também fortaleceria a resiliência e a competitividade das propriedades familiares no longo prazo. Ao promover uma maior inclusão e equipar todos os membros com o conhecimento necessário, às propriedades podem alcançar um equilíbrio melhor entre tradição e inovação, garantindo assim um futuro mais sustentável e próspero.

4.6 DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Após reconhecer quais são as percepções dos agricultores familiares a respeito dos critérios ESG, foi realizada perguntas com o objetivo de se ter conhecimento dos desafios e dificuldades enfrentadas pelos agricultores, com o intuito de encontrar oportunidades para superar os desafios encontrados.

Quando foi perguntado sobre a contribuição que os critérios oferecem, a maioria dos agricultores (78,6%) acredita que a adoção de práticas ESG pode contribuir para a sustentabilidade e resiliência de suas propriedades a longo prazo (Gráfico 7). Nenhum dos respondentes acha que a adoção de práticas ESG não contribui para a sustentabilidade e resiliência, enquanto 21,4% não têm certeza. Indicando uma percepção positiva significativa sobre a eficácia das práticas ESG na agricultura entre os respondentes.

A respeito dos desafios identificados pelos agricultores é a falta de conhecimento técnico ou apoio especializado, com 64,3% das respostas (Gráfico 7). Outros desafios significativos incluem os custos elevados de implementação e a falta de incentivos governamentais, ambos com 42,9% das respostas. A resistência à mudança nas práticas atuais foi mencionada por 21,4% dos respondentes.

Gráfico 7: Percepção e desafios enfrentados na implementação de critérios ESG nas propriedades familiares localizadas no município de Imbuia SC



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2024)

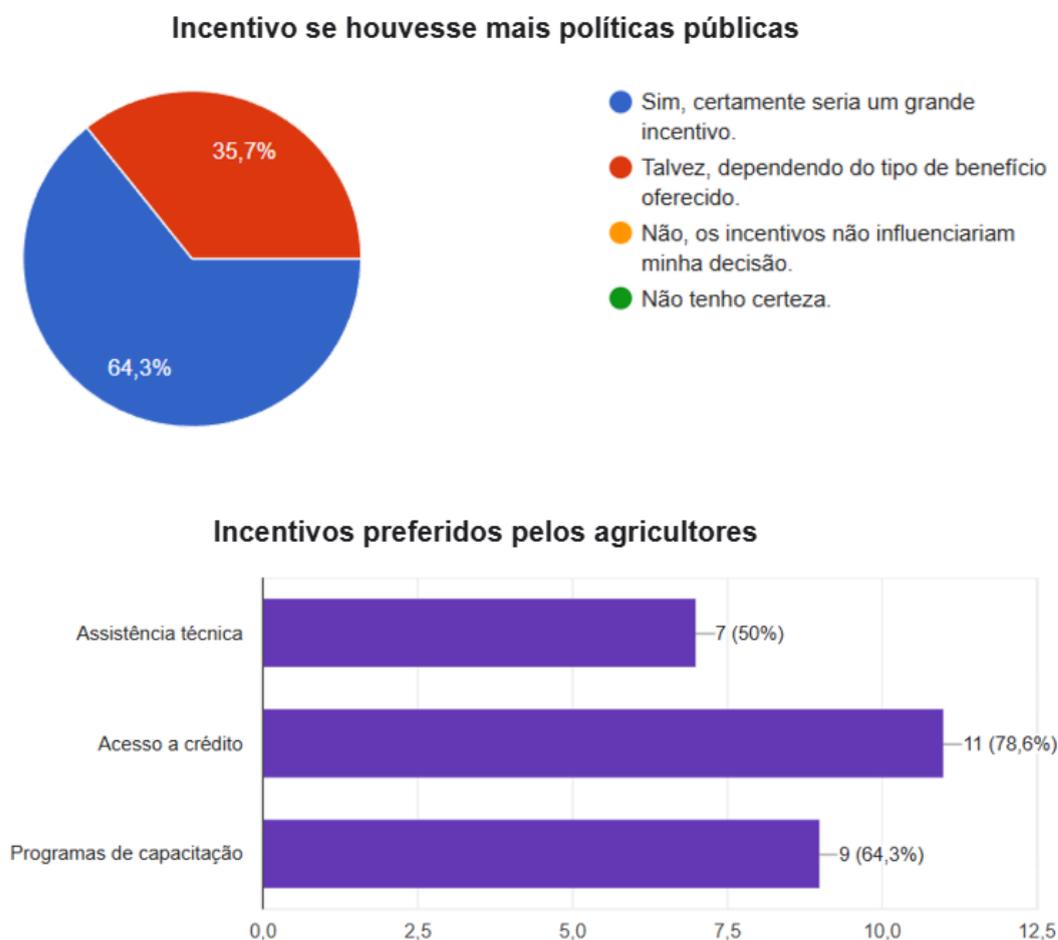
Esses dados podem ser considerados muito relevantes porque destacam tanto a percepção positiva sobre a adoção de práticas ESG na agricultura quanto os principais obstáculos que os produtores enfrentam para implementar essas práticas. A maioria dos agricultores vê as práticas ESG como um benefício a longo prazo, mas há uma necessidade clara de mais suporte técnico e incentivos para superar os desafios percebidos.

Quando perguntado, se houvesse mais incentivos nas políticas públicas voltadas aos agricultores motivariam a adotar essas práticas (Gráfico 8). A maioria (64,3%) acredita que mais incentivos nas políticas públicas os motivariam a adotar práticas ambientais mais comprometidas. Um grupo menor, mas significativo (35,7%), disse que talvez seriam motivados, dependendo do tipo de benefício

oferecido. Nenhum dos respondentes acha que os incentivos não influenciaram suas decisões, o que indica uma forte percepção positiva sobre o impacto dos incentivos nas políticas públicas.

Os incentivos mais desejados pelos agricultores é o acesso a crédito, com 78,6% das respostas (Gráfico 8). Programas de capacitação também são altamente valorizados, com 64,3% dos respondentes indicando essa opção. A assistência técnica é mencionada por metade dos respondentes (50%). Esses dados mostram que, além do suporte financeiro, os agricultores valorizam fortemente a capacitação e o suporte técnico para facilitar a adoção de práticas ambientais mais comprometidas.

Gráfico 8: Incentivos de políticas públicas voltadas aos agricultores familiares localizadas no município de Imbuia SC



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2024)

Os incentivos nas políticas públicas são vistos como um grande motivador para a adoção de práticas ambientais mais comprometidas. Os principais tipos de incentivos desejados são acesso a crédito, programas de capacitação e assistência técnica, destacando a importância de um suporte abrangente que inclua tanto recursos financeiros quanto educativos e técnicos para os agricultores.

Pode-se identificar que um dos maiores problemas enfrentados pelos agricultores é a falta de conhecimento. Embora a maioria esteja ciente dos conceitos de ESG e concorde com seus objetivos, e até motivados a implementá-los em suas propriedades, a viabilidade desses métodos é frequentemente comprometida por fatores como custos elevados, falta de incentivos e carência de conhecimento especializado. Esses obstáculos acabam por dissuadir os agricultores de adotarem práticas sustentáveis em suas operações.

Um fator significativo que se apresenta como barreira é a pequena escala das propriedades dos agricultores familiares, que frequentemente possuem um nível reduzido de terras cultiváveis. Um dos entrevistados destacou essa dificuldade com a seguinte afirmação: “Dificuldade em ter mais terra para produzir”, enquanto outro comentou de forma semelhante: “Sim, não poder produzir mais por ser pequeno produtor rural”.

No aspecto ambiental, relativo à reserva legal e preservação, há uma resistência notável por parte dos agricultores. Infelizmente, muitos ainda insistem na ideia de desmatamento para aumentar suas terras aráveis, apesar dos diversos meios de contenção como o mapeamento constante por satélite e a aplicação de multas.

Talvez o maior desafio atualmente enfrentado pelos agricultores seja a questão da mão de obra. Um agricultor expressou essa dificuldade da seguinte maneira: “Maior problema pra nós hoje seria em mão de obra, no plantio e na colheita. Precisariamos de ajuda governamental para regularizar essa questão, facilitando a documentação para que os funcionários estejam regularizados e assim não haja problemas ao produtor”. Nas últimas safras, houve muitos problemas com a regulamentação dos trabalhadores em algumas propriedades, como a falta de registros trabalhistas.

Um dos maiores incentivos que os agricultores possuem a possível adoção de práticas sustentáveis, é motivado pelo acesso a crédito. Se houvesse um comprometimento em oferecer verbas e recursos à disposição dos agricultores, motivariam eles a praticar métodos mais sustentáveis. Um dos melhores exemplos pode ser baseado no modelo de sistema de subsídio europeu.

De acordo Tremea (2012) a Política Agrícola Comum (PAC) foi criada em 1958 pelo Tratado de Roma para proteger e subsidiar a produção agropecuária nos países da União Europeia, garantindo a renda e o bem-estar dos agricultores. Cerca de 90% do território dos 27 Estados Membros da UE são zonas rurais, habitadas por 60% da população.

A PAC visa viabilizar o setor agrícola europeu e garantir alimentos baratos aos consumidores, além de preservar o ambiente social e cultural das zonas rurais, predominantemente formadas por pequenas propriedades familiares. Subsídios são concedidos para evitar prejuízos aos agricultores devido à formação de preços de mercado e competição com produtos importados.

A organização em cooperativas é comum para manter a competitividade dos pequenos produtores, mas sem subsídios, muitos desapareceriam. A questão alimentar é considerada de segurança nacional na Europa, devido à sua história de guerras e fome, e à dificuldade de produção agrícola pelas condições climáticas e geográficas.

A UE valoriza a preservação cultural e ambiental das áreas rurais, promovendo produtos tradicionais e orgânicos com rótulos de qualidade, contribuindo para a competitividade internacional.

A União Europeia busca manter os subsídios rurais, mesmo em contextos de baixa produtividade agropecuária causada por terras de difícil cultivo, dada as condições climáticas e de relevo, pequenas propriedades de subsistência, propriedades rurais ociosas, ocupadas por pessoas idosas, dentre outros. Neste contexto os subsídios são formas de preservação ambiental, cultural e de dignidade humana (TREMEA, 2012).

Implementar algo semelhante na agricultura familiar brasileira poderia trazer diversos benefícios, mas infelizmente também enfrentar alguns desafios.

Entre os benefícios potenciais estão o apoio financeiro, com pagamentos diretos aos agricultores que poderiam ajudar a estabilizar rendimentos e incentivar práticas agrícolas sustentáveis; a segurança alimentar, ao garantir um

abastecimento estável de alimentos de qualidade e a preços acessíveis para a população; a sustentabilidade ambiental, incentivando práticas agrícolas que preservem os recursos naturais e reduzam o impacto ambiental; e o desenvolvimento rural, dinamizando a economia rural, promovendo o emprego e melhorando a qualidade de vida nas áreas rurais.

Por outro lado, os desafios potenciais incluem a diversidade agrícola, visto que o Brasil possui uma grande diversidade de culturas e sistemas de produção, o que pode dificultar a implementação de uma política única; a infraestrutura, que precisaria ser melhorada para apoiar a implementação de políticas agrícolas eficazes; a adaptação local, pois seria necessário adaptar as políticas às realidades locais, levando em consideração as diferenças regionais e culturais; e o financiamento, garantindo os recursos necessários para implementar e manter a política. Embora a implementação de uma política semelhante à PAC na agricultura familiar brasileira possa trazer muitos benefícios, é importante considerar os desafios específicos do contexto brasileiro e adaptar as políticas de acordo.

4.7 PROPOSTAS DE PRÁTICAS ESG PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM IMBUÍIA SC

Para encontrar maneiras e soluções de adequar os critérios ESG (Ambiental, Social e Governança) aos agricultores familiares do município de Imbuíia, SC, foram desenvolvidas algumas propostas e ideias. Estas têm como objetivo auxiliar os agricultores na implementação dessas práticas em suas propriedades, além de destacar os benefícios tangíveis e intangíveis que podem ser alcançados.

Entre as sugestões, destacam-se métodos sustentáveis de cultivo, técnicas de conservação do solo e da água, práticas de bem estar social na comunidade agrícola, e a adoção de medidas de governança que garantam a transparência e a responsabilidade nas atividades rurais (Tabela 1).

Espera-se que a aplicação dessas práticas não só melhore a sustentabilidade das propriedades, mas também fortaleça a sustentabilidade econômica e social dos agricultores familiares, promovendo um desenvolvimento rural mais equilibrado.

Tabela 1: Propostas de práticas ESG para a agricultura familiar em Imbuia SC

Dimensão ESG	Proposta Concreta	Descrição da Implementação	Benefício Esperado
Ambiental	Uso de técnicas de agroecologia	Promover práticas como rotação de culturas, compostagem e uso de biofertilizantes. Geralmente extraídos de granjas que possuem sistema de armazenamento, muito comuns na região.	Redução do uso de agroquímicos e aumentando a conservação do solo.
Ambiental	Manejo sustentável de água	Implantar sistemas de captação de água da chuva e técnicas de irrigação eficiente. Já muito usados pelos agricultores que participaram na pesquisa.	Economia de recursos hídricos e resiliência climática.
Ambiental	Reflorestamento e conservação	Incentivar a conservação e plantio de espécies nativas em áreas degradadas.	Preservação da biodiversidade e proteção contra erosão.
Ambiental	Uso de energias renováveis	Instalar painéis solares ou outras tecnologias de energia limpa acessíveis.	Redução de custos com energia e menor impacto ambiental.
Social	Capacitação técnica em ESG	Realizar cursos e oficinas sobre práticas sustentáveis para os agricultores e suas famílias. Podendo ser realizada em ambientes frequentados por agricultores, como cooperativas ou sindicatos.	Aumento do conhecimento e habilidades para adoção de ESG.
Social	Melhoria nas condições de trabalho	Estabelecer condições dignas e seguras para todos os envolvidos no trabalho agrícola. Como alojamento bem estruturados com saneamento básico, vestuário adequado e boa alimentação.	Redução de riscos à saúde e aumento do bem-estar social.
Social	Criação de redes comunitárias de apoio	Organizar grupos comunitários para compartilhar conhecimento e apoio técnico. Geralmente para fortalecer o apoio a trabalhadores que vêm de outras regiões.	Resolução de problemas comuns e compartilhamento de recursos.
Governança	Adoção de certificações sustentáveis	Orientar os agricultores para buscar certificações de propriedades sustentáveis.	Acesso a novos mercados e maior valor agregado aos produtos.
Governança	Registro e monitoramento de práticas	Implementar sistemas simples de controle para registrar práticas ESG e medir os resultados.	Melhoria na gestão e demonstração de compromisso com ESG.
Governança	Parcerias público-privadas	Estimular parcerias com instituições públicas e empresas privadas para financiamento sustentável.	Acesso a recursos e apoio técnico.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2024)

Na dimensão ambiental, são propostas técnicas de agroecologia, manejo sustentável de água, reflorestamento e conservação, e uso de energias renováveis. A descrição da implementação dessas práticas inclui a promoção de rotação de culturas, compostagem, uso de biofertilizantes, sistemas de captação de água da chuva, técnicas de irrigação eficiente, plantio de espécies nativas e instalação de painéis solares. Os benefícios esperados dessas práticas são a redução do uso de agroquímicos, conservação do solo, economia de recursos hídricos, resiliência climática, preservação da biodiversidade, proteção contra erosão, redução de custos com energia e menor impacto ambiental.

Na dimensão social, as propostas incluem capacitação técnica em ESG, melhoria nas condições de trabalho e criação de redes comunitárias de apoio. A implementação dessas propostas envolve a realização de cursos e oficinas sobre práticas sustentáveis, estabelecimento de condições dignas e seguras para os trabalhadores agrícolas, e organização de grupos comunitários para compartilhar conhecimento e apoio técnico. Os benefícios esperados são o aumento do conhecimento e habilidades para adoção de ESG, redução de riscos à saúde, aumento do bem-estar social, resolução de problemas comuns e compartilhamento de recursos.

Na dimensão de governança, as propostas são a adoção de certificações sustentáveis, registro e monitoramento de práticas, e parcerias público-privadas. A implementação dessas práticas inclui orientar os agricultores para buscar certificações, implementar sistemas de controle para registrar práticas ESG e estimular parcerias com instituições públicas e empresas privadas. Os benefícios esperados são o acesso a novos mercados, maior valor agregado aos produtos, melhoria na gestão e demonstração de compromisso com ESG, e acesso a recursos e apoio técnico.

Vale ressaltar que, mesmo após a realização desta pesquisa, a qual incluiu a obtenção de dados através de questionário, a observação de estudos anteriores e a escuta das opiniões de agricultores no dia a dia, percebe-se que o nível de conscientização ainda está abaixo do esperado na região.

Antes de sugerir a aplicação de métodos sustentáveis, é fundamental medir o nível de conhecimento que os agricultores possuem sobre práticas ambientais, sociais e de governança. Em se tratando de propriedades familiares, onde as decisões são frequentemente tomadas de forma mais informal e centralizada, os

agricultores muitas vezes não têm acesso ou conhecimento das informações necessárias para a melhoria de suas propriedades e produção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores familiares demonstram uma percepção predominantemente positiva em relação às práticas ESG (ambientais, sociais e de governança), reconhecendo os benefícios de sua adoção tanto para a sustentabilidade das propriedades quanto para a melhoria das condições de trabalho e transparência na gestão. No entanto, ainda existem desafios significativos que dificultam a implementação eficaz dessas práticas, como a falta de conhecimento técnico, os altos custos iniciais e a ausência de incentivos governamentais robustos. Apesar desses obstáculos, práticas como a conservação de água e solo já mostram alta adesão, indicando que, com apoio direcionado, outras ações sustentáveis também poderiam ser amplamente adotadas.

A presente pesquisa teve como objetivo principal desenvolver estratégias e propostas que incentivem e facilitem a adoção efetiva de práticas ESG por parte dos agricultores familiares no município de Imbuia-SC. Desde modo pode se concluir que os melhores meios de incentivos desejados pelo agricultores, foram acesso a crédito onde teve 78,6% das respostas e programas de capacitação onde teve 64,3% das respostas. Assim percebe que os incentivos nas políticas públicas são vistos como um grande motivador para a adoção de práticas ambientais mais comprometidas. Os principais tipos de incentivos desejados são acesso a crédito, programas de capacitação, destacando a importância de um suporte abrangente que inclua tanto recursos financeiros quanto educativos e técnicos para os agricultores.

O primeiro objetivo específico teve como objetivo investigar os impactos das práticas ESG na agricultura familiar, tanto em termos de benefícios socioeconômicos para os agricultores quanto de benefícios ambientais para os ecossistemas locais. Quando perguntado se práticas ESG poderiam trazer benefícios, a maioria dos respondentes, 78,6%, acreditam que os sistemas de controle ambiental como o CAR são positivos e trazem bons resultados, mas houve uma divisão sobre a crença de que práticas sustentáveis podem trazer benefícios econômicos. Metade 50% acredita que há um potencial para melhorar a rentabilidade, enquanto a outra metade 50% é cautelosa, acreditando que os benefícios dependem das circunstâncias. Nota-se uma percepção amplamente positiva sobre as políticas ambientais do Brasil, com uma forte maioria concordando com as exigências do

CAR e acreditando que elas trazem bons resultados. No entanto, há um reconhecimento de que os benefícios dessas políticas ainda podem ser limitados.

O segundo objetivo buscou identificar os principais desafios enfrentados na adoção de práticas ESG dos agricultores familiares do município de Imbuia-SC. Onde identificados pelos agricultores, que a falta de conhecimento técnico ou apoio especializado, 64,3% das respostas é um dos principais desafios, ainda custos elevados e a falta de incentivos governamentais, ambos com 42,9% das respostas também sendo um problema, assim havendo uma necessidade clara de mais suporte técnico e incentivos para superar os desafios percebidos.

O terceiro objetivo teve como objetivo analisar o estado atual da adoção de práticas ESG na agricultura familiar no município de Imbuia-SC, incluindo o nível de conscientização, o grau de implementação e os resultados obtidos. Identificou-se que há vários meios sustentáveis já adotados nas propriedades onde a conservação de água é amplamente praticada, com 13 agricultores 92,9% implementando medidas para conservar água assim como conservação do solo, mas poucos adotando meios de redução de agroquímicos e uso de energias renováveis. Os dados apresentados indicam que, embora haja uma boa adesão a algumas práticas sustentáveis, como a conservação de água e solo, outras áreas, como a redução de agroquímicos e o uso de energia solar, ainda enfrentam resistência.

O quarto objetivo buscou desenvolver propostas concretas de práticas ESG que possam ser implementadas pelos agricultores familiares do município de Imbuia-SC, considerando suas necessidades, capacidades e os desafios identificados. Entre as sugestões, destacam-se métodos sustentáveis de cultivo, técnicas de conservação do solo e da água, práticas de bem estar social na comunidade agrícola, e a adoção de medidas de governança que garantam a transparência e a responsabilidade nas atividades rurais. As propostas na dimensão ambiental incluem práticas de agroecologia, manejo sustentável de água, reflorestamento e uso de energias renováveis para reduzir agroquímicos, conservar solo e água, e proteger a biodiversidade. Na dimensão social, propõe-se capacitação técnica, melhorias nas condições de trabalho e redes comunitárias, visando aumentar o conhecimento em ESG, reduzir riscos à saúde e promover bem-estar. Na governança, as propostas envolvem certificações sustentáveis, monitoramento de práticas e parcerias público-privadas, com benefícios como acesso a novos mercados, maior valor agregado aos produtos e melhor gestão.

Houve algumas limitações que impossibilitam um aprofundamento maior da pesquisa, como a falta de dados ou o escopo do projeto. Por motivos de ser um tema novo numa área pouco explorada, também pelos motivos na dificuldade de buscar informações com os agricultores que infelizmente às vezes não podiam responder o questionário ou por falta de tempo ou por não ter acesso a meios digitais. Dessa forma, essa linha de pesquisa é sujeita a novas revisões e análises, detalhando mais informações encontradas. É recomendado também encontrar mais casos com relação entre ESG e agronegócio em geral, principalmente em meios estrangeiros.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o sistema alimentar global. Cienc. Cult. vol.73 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2021

Agrotools. (2021). Entenda a relação entre ESG e o agronegócio.

ARAUJO, Luis Augusto; GIEHL, Alexandre Luis; FELICIANO, Antonio Marcos; RODRIGUES, Claudimir. Gestão de unidades de produção familiar do Alto Vale do Itajaí (SC): percepções sobre o ambiente externo e interno. Florianópolis, v. 1, n. 2 (2017).

ALSAYEGH et al. Transformação do desempenho da sustentabilidade econômica, ambiental e social corporativa por meio da divulgação ESG. 2020.

AMEL-ZADEH, A.; SERAFEIM, G. Why and how investors use ESG information: Evidence from a global survey. Financial Analysts Journal, 74(3), 87-103, 2018.

ANDRADE, Louise Franco; ALMEIDA, Risely Ferraz. Perfil Dos Produtores Da Agricultura Familiar E Uso Dos Critérios De Environmental, Social And Governance [ESG] Na Região Baixo Sul, Bahia: v. 10, n. 18, p. 5-23, jul./dez. 2022.

ARRUDA, Carlos et al. INOVAÇÃO: O MOTOR DO ESG. Nova Lima: Fundação Dom Cabral, 2022.

ASHLEY, PATRICIA ALMEIDA. ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NOS NEGÓCIOS. 2.ed. São Paulo. Saraiva, 2005.

BASSO, MURILO. ESG: A NOVA ONDA VERDE. São Paulo. Estadão: E-Investidor, 2021.

BELINKY, Aron. SEU ESG É SUSTENTÁVEL? Sustentabilidade empresarial é mais que um rótulo da moda e seguir apenas a atual onda pode ser um risco para o negócio e para a sociedade. v, 20 . n 4 . out/dez 2021. fundação getulio vargas

BETHÔNICO, Thiago. Entenda o que é ESG e por que a sigla

BEZERRA, Pedro Ivo Soares. UTILIZAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS COMO MECANISMO PARA PROMOVER A SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA. Belo Horizonte: Rev. Fac. Direito UFMG, 2011.

BORSATTO, Ana Luisa, et al (2023). Conceitos e Definições do ESG no Contexto Evolutivo da Sustentabilidade. São Paulo: Revista Desenvolvimento em Questão. 2023.

CAFFAGNI, Luiz. FIAGRO: O MULTIMERCADO DO AGRO. AGROANALYSIS - NOV 2021.

CALDERAM, Andre; PETRILLI, Leonardo; KODAMA, Tatiana; SOUZA, Juliana. ESG: uma análise inicial sobre a natureza do conceito e a sua difusão: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, Universidade de São Paulo - USP.

CARBONERA, R.; FERNANDES, S. B. V.; OLIVEIRA, F. G. de; MELLO, J. B.; UHDE, E. M.; RIGO, D. S. Diversidade de sistemas produtivos e sustentabilidade na agricultura. *Drd-Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 10, p.98-118, 2020.

COMPACT GLOBAL. Who Cares Win: Connecting Financial Markets To a Changing World. 2004.

contexto das empresas brasileiras. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: Faculdade de Tecnologia Curso de Graduação em Engenharia de Produção. Brasília, 23 de maio de 2022.

corporativa y satisfacción laboral en potenciales empleados del sector bancario. *Investigación Administrativa*, (125), 1-20, 2020.

COSTA, Edwaldo; FERREZIN, Nataly Bueno. ESG (ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND CORPORATE GOVERNANCE) E A COMUNICAÇÃO: O TRIPIÉ DA SUSTENTABILIDADE APLICADO ÀS ORGANIZAÇÕES GLOBALIZADAS: Grupo de Estudos Alterjor: *Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)* Ano 11, v.2, e.24, Jul-Dez 2021.

COSTA. et al. ESG – OS PILARES PARA OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE. RECIMA 21 REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR.

COSTABEBER, José; CAPORAL, Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável, 2003.

DANG, R.; BRUNA, M.; HOUANTI, H.; Manita, R. Board gender diversity and ESG disclosure: Evidence from the US, 2018.

DENNY, Danielle (2022). Novo valor Sustentabilidade nas Empresas.

DIAS, Reinaldo. Responsabilidade social: fundamentos e gestão . Rio de Janeiro: Atlas, 2012.

ECHER, Isabel Cristina. A REVISÃO DA LITERATURA NA CONSTRUÇÃO DO TRABALHO CIENTÍFICO: Porto Alegre, v.22, n.2, p.5-20, jul. 2001.

ELIAS, Denise. Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto, SP. 2003

FERRELL, Allen; LIANG, Hao; RENNEBOOG, Luc. Socially responsible firms. *Journal of financial economics*, v. 122, n. 3, p. 585-606, 2016.

FILHO, Edinei; OLIVEIRA, Edenis. As dimensões ESG aplicadas ao agronegócio: uma revisão sistemática de literatura: *Revista GeSec São Paulo, SP, Brasil*, v. 14, n. 11, p. 20304-20326, 2023.

FRANÇA, C.G. ; DEL GROSSI, M. E. ; MARQUES, V. . O censo agropecuário 2006 e a Agricultura familiar no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. 96p .

FREITAS, W.; WANDER, A.E. O perfil socioeconômico da agricultura familiar produtora de hortaliças em Anápolis (GO, Brasil). *Revista de Economia da UEG*, v. 13, n. 1, p.192-213, 2017.

GIESTA, L. C., & Silva, T. N. (2005). A educação ambiental através da produção orgânica em empresas cooperativas. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. ISSN 1517-1256, V. 14

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILHOTO, J.J.M.; AZZIBUM C,R.; SILVEIRA, F.G. et al. PIB da Agricultura Familiar: Brasil e 84 Estados. Brasília; MDA, 2007 (NEAD Estudos 19).

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

Global Compact. (2004). Who Cares Wins – Connecting financial markets to a changing world.

GRAZIANO DA SILVA, J. Tecnologia e Agricultura Familiar. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, p. 125-146, 2014.

GUILHOTO. et al. A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E EM SEUS ESTADOS, Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007.

HEREDIA, B., PALMEIRA, P., LEITE, S. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 25, nº 74, 2010.

HINOJOSA-LÓPEZ, J., AYUP-GONZÁLEZ, J., COGCO-CALDERÓN, A. Imagen

IAMANDI, I.; CONSTANTIN, L.; MUNTEANU, S.; CERNAT-GRUICI, B. Mapping the ESG Behavior of European Companies. A Holistic Kohonen Approach. Sustainability, 11(12), 3276, 2019.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro:

impactos socioambientais. Universidade de Brasília: Instituto de Ciências Humanas Departamento de Geografia. Brasília 2023.

INCRA/FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000 (FAO/BRA 036).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. Relatório ESG 2021.

KOLLER, et al. Five ways that ESG creates value, Getting your environmental, social, and governance (ESG) proposition right links to higher value creation. Here's why, 2019.

LAMARCHE, H. (Coord.). Agricultura familiar : comparação internacional. Uma realidade multiforme. v.1, 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAUDARES, et al. Cadastro Ambiental Rural: uma análise da nova ferramenta para regularização ambiental no Brasil. Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, MG, Brasil, 2014.

LIMA, Antônia; SILVA, Edvânia; IWATA, Bruna. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura: Revista Retratos de Assentamento. Vol. 22 N.1 de 2019.

LIRA, C.C.; QUEIROZ, M. de L.; COSTA, C. F. S. da; GOMES, R. V. R. de S.; COELHO, J.; FERREIRA, K. M.; SAMPAIO, B. O. Perfil socioeconômico de agricultores familiares no município de Barreiros, PE. XIII JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO—JEPEX, UFPE. Anais[...], Recife, 2013.

MALATRASI, Larissa. Agronegócio e Fundos de Investimento ESG no Brasil: impactos socioambientais. Universidade de Brasília: Instituto de Ciências Humanas Departamento de Geografia. Brasília 2023.

Material obtido ou consultado na WEB

NETO, Nikolly, ESG no agronegócio: o que é e qual a importância - 27/09/2023

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo : do neolítico à crise contemporânea. Brasília; São Paulo: Nead/MDA; Ed. Unesp, 2010.

MDA/MPOG, 2009. IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: MPOG, 2009.

MEDEIROS, Gerson; FURUTA, Kariny. Agricultura urbana: desenvolvimento de um protótipo para o cultivo de hortaliças em ambiente residencial. v. 12 n. 3 (2021): Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais - Mar 2021

MIGUEL, L. A. (Org.). Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários . Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 133-147. (Série EAD/UFRGS).

MUNIZ, Dannel; COSTA, Lincoln; FERNANDES, Naickely. Como práticas ESG (Environmental, Social and Governance) em empresas de capital aberto afetam a percepção do investidor. V. 11, dez. 2022, p. 92-100

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NEDER, Juliana. Estudo dos pilares de ESG - Environmental, Social and Governance – no contexto das empresas brasileiras. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: Faculdade de Tecnologia Curso de Graduação em Engenharia de Produção. Brasília, 23 de maio de 2022.

NETO, José; ROSINI, Alessandro; GUARIENTI, Alexandre; SANTOS, Renata; BATISTA, Rodrigo. Estratégias para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar: uma Agenda de Pesquisa: Ensaios e Ciências, v.27, n.4, 2023, p.430-440.

NETO, Edson; MELO, José. CADASTRO AMBIENTAL RURAL, CAR - UM ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS DIFICULDADES RELACIONADAS A SUA IMPLANTAÇÃO, Negócios em Projeção, volume 7, número 2, 2016.

NUBER, C.; VELTE, P.; HÖRISCH, J. THE CURVILINEAR AND TIME-LAGGING IMPACT OF SUSTAINABILITY PERFORMANCE ON FINANCIAL PERFORMANCE: EVIDENCE FROM GERMANY. CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT, 27 (1), 232-243, 2019. doi: 10.1002/csr.1795

OLIVEIRA, Carlos Alberto Arruda de, et al. INOVAÇÃO: O MOTOR DO ESG. Nova Lima: Fundação Dom Cabral, 2022.

OLIVEIRA, Pedro; SILVA, Reidene. ESG NO IMPACTO SOCIAL DAS COOPERATIVAS: REVICOOP, v.4, n.1, 2023.

PERALTA, Luiza Marques et al. As Vantagens Competitivas da Implementação de uma Agenda ESG: Um Estudo de Caso. Revista de Administração IMED, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 44-59, jul. 2024. ISSN 2237-7956.

PEREIRA, Ricardo; MARCILIO, Beatriz; GUERCIO, Mary; TAKIMOTO, Tatiana; FIALHO, Francisco. ESG: UMA REVISÃO INTEGRATIVA: ISSN: 2359-1048 Novembro 2021

PRESTES, Bruna dos Santos; SILVA, Maiara Eloi; FÜCHTER, Marcia; TOMIO, Bruno Thiago. SUBSÍDIOS À AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES DO PRONAF NO ALTO VALE DO ITAJAÍ. IX Encontro de Economia Catarinense, UNOCHAPECÓ –Chapecó/SC, Revista NECAT –Ano 5, nº9 Jan-Jun de 2016.

PLOEG, J. D. van der, et al. Rural Development: From Practices and Policies

PROCKNOW, Ritchelle; FILHO, Cláudio. CONTRATOS NO AGRONEGÓCIO. Novembro 2020

Rocha, M. S. (2014). Educação Ambiental e Agroecologia na Agricultura Familiar: uma contribuição para o Desenvolvimento Sustentável no Território de Irecê-Ba. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

ROSA; ANDRÉ HENRIQUE; FRACETO, LEONARDO FERNANDES; MOSCHINI CARLOS; VIVIANE. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE. Porto Alegre. Bookman, 2012.

RUIZ, Patrícia Almendro. PRINCÍPIOS DE ESG. Rio de Janeiro: Meio Ambiente Industrial, 2020.

SANTOS, Ana Paula. GREENWASHING: O QUE SIGNIFICA ESSE TERMO? São Paulo: Politize!, 2020.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

Silva, J. F., Oliveira, M. B. P. P., & Alves, R. C. (2021). Coffee labeling and sustainability certifications: their meaning and importance for society. CC&T Magazine, 38(2), 19.

SILVA, José. Segurança alimentar: uma agenda republicana. Estudos Avançados, 2003.

SULIANI, Carla Rodrigues; MIYAMOTO, Bruno Cesar. ESG - ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND CORPORATE GOVERNANCE E AGRICULTURA FAMILIAR: Interlocuções Recentes. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Rio

Grande Do Sul, IFRS, Anais CONASUM 2021 – CONFACAP 2021 – UFR - Rondonópolis – MT – Brasil – 13 a 17/12/2021.

TAVARES, E. M. F. Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos. *Holos*, Ano 21, Volume 1maio/2005

towards Theory. *Sociologia Ruralis*. v. 40, nº 4, October 2000. p. 391-408.

TRENTINI, M, PAIM, L. Pesquisa em enfermagem. Uma modalidade convergente - assistencial. Florianópolis. Editora da UFSC, 1999.

TREMEA, Nácia. Os subsídios agrícolas europeus: características e perspectivas para o comércio mundial de açúcar, 2012.

TRIPATHI, V.; BHANDARI, V. Socially responsible investing—An emerging concept in investment management. *FIIB Business Review* 3 (4): 16–30, 2014. v. 3, n. 9, 2022.

VEENSTRA, Esmee; ELLEMERS, Naomi. Indicadores ESG como metas de desempenho organizacional: as agências de classificação incentivam uma abordagem holística.

VENDRAMINI, Teresa. AGRO BRASILEIRO COM PADRÕES ESG. virou febre no mundo dos negócios.

WALTER, I. SENSE AND NONSENSE IN ESG RATINGS. *Journal of Law, Finance, and Accounting*, 5: 307–336, 2020.

Watson, L. 2015. Pesquisa de responsabilidade social corporativa em contabilidade. *Journal of Accounting Literature* 34: 1–16.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma pesquisa para um TCC na forma de um estudo de caso no curso de Administração.

Legal, realizada no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale Itajaí (UNIDAVI).

Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (TCC), sendo realçado que as respostas dos entrevistados representam apenas a sua opinião individual.

O questionário é anónimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões.

Obrigado pela sua colaboração.

Perguntas Iniciais:

1. Você está familiarizado com o conceito de práticas ESG (Ambientais, Sociais e de Governança)?

- () Sim
- () Não

2. Qual a importância que você atribui à adoção de práticas sustentáveis (ambientais, sociais e de governança) na sua propriedade agrícola?

- () Muito importante
- () Importante
- () Pouco importante
- () Sem importância

3. Na sua opinião, a implementação de práticas ESG pode trazer benefícios para a sua propriedade?

- () Sim, acredito que pode trazer muitos benefícios.
- () Sim, mas com alguns desafios.
- () Não, acredito que os benefícios são limitados.
- () Não tenho opinião formada.

4. Você tem conhecimento sobre algum caso de sucesso na adoção de práticas ESG em outras propriedades agrícolas? Se sim, esse exemplo influencia sua percepção sobre a adoção dessas práticas na sua propriedade?

- () Sim, conheço casos de sucesso e eles influenciam positivamente minha percepção.
- () Sim, conheço casos, mas eles não influenciam minha decisão.
- () Não, não conheço nenhum caso de sucesso.
- () Não tenho certeza.

Perguntas sobre Práticas Ambientais:

5. O Brasil possui sistemas de controle ambiental, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Você concorda com essas exigências e acredita que elas trazem resultados positivos?

- () Sim, concordo e acredito que trazem bons resultados.
- () Concordo, mas acredito que os resultados ainda são limitados.
- () Não concordo, acho que as exigências são burocráticas e pouco eficazes.
- () Não tenho opinião formada sobre o assunto.

6. Você acredita que a adoção de práticas sustentáveis pode gerar benefícios econômicos para a sua propriedade?

- () Sim, acredito que pode melhorar a rentabilidade.
- () Talvez, mas depende das circunstâncias.
- () Não, não acredito que traria benefícios econômicos.
- () Não sei dizer.

7. Quais práticas ambientais sustentáveis você já adotou na sua propriedade?

- () Conservação de água
- () Manejo integrado de pragas
- () Redução do uso de agroquímicos
- () Conservação do solo
- () Outro: _____

8. Você enfrenta dificuldades na implementação de práticas ambientais sustentáveis? Se sim, quais são essas dificuldades?

- () Custo elevado
- () Falta de conhecimento técnico
- () Falta de incentivos governamentais
- () Outro: _____

Perguntas sobre Práticas Sociais:

9. Você considera que sua propriedade oferece condições de trabalho dignas e seguras para todos os trabalhadores?

- () Sim
- () Não
- () Não sei

10. Você já participou ou ofereceu algum programa de capacitação para os trabalhadores da sua propriedade visando melhorar suas condições de trabalho e segurança?

- () Sim, regularmente ofereço ou participo de programas de capacitação.
- () Sim, mas de forma esporádica.
- () Não, nunca participei ou ofereci.
- () Não vejo necessidade.

11. Na sua propriedade, existem políticas ou iniciativas específicas para promover a igualdade de gênero e a inclusão de grupos marginalizados (como mulheres, jovens e minorias étnicas)?

- () Sim, temos políticas claras e implementadas.
- () Sim, mas ainda estamos em fase inicial de implementação.
- () Não, mas estamos planejando adotar.
- () Não, e não vejo como aplicável à nossa realidade.

Perguntas sobre Práticas de Governança

12. Sua propriedade possui mecanismos para garantir a transparência e a participação dos trabalhadores nas decisões que afetam o dia a dia da operação?

- () Sim
- () Não
- () Não sei

13. Você utiliza algum sistema de controle para assegurar o cumprimento das regulamentações ambientais e trabalhistas?

- () Sim
- () Não
- () Planejo implementar

14. Sua propriedade possui um processo formal para a tomada de decisões, incluindo a participação de todos os membros da família ou colaboradores chave?

- () Sim, temos um processo formal de tomada de decisões que envolve todos os membros relevantes.
- () Sim, mas nem sempre todos são envolvidos.
- () Não, as decisões são tomadas de forma mais informal e centralizada.
- () Não, as decisões são tomadas por uma única pessoa.

Perguntas sobre Desafios e Oportunidades

15. Você acredita que a adoção de práticas ESG pode contribuir para a sustentabilidade e resiliência da sua propriedade a longo prazo?

- () Sim
- () Não
- () Não tenho certeza

16. Quais desafios você acredita que enfrentaria ao tentar adotar práticas ESG na sua produção agrícola?

- () Custos elevados de implementação.
- () Falta de conhecimento técnico ou apoio especializado.
- () Falta de incentivos governamentais.
- () Resistência à mudança nas práticas atuais.
- () Outro: _____

17. Se houvesse mais incentivos nas políticas públicas voltadas aos agricultores, isso motivaria você a adotar práticas ambientais mais comprometidas?

- () Sim, certamente seria um grande incentivo.
- () Talvez, dependendo do tipo de benefício oferecido.
- () Não, os incentivos não influenciariam minha decisão.
- () Não tenho certeza.

18. Quais incentivos ou apoios você gostaria de receber para facilitar a adoção dessas práticas?

- () Assistência técnica
- () Acesso a crédito
- () Programas de capacitação
- () Outro: _____

19. Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta atualmente na gestão da sua propriedade agrícola, e como acredita que as práticas ESG poderiam ajudar a superá-las?

-

20. Você vê algum risco associado à adoção de práticas ESG na sua propriedade? Se sim, quais seriam esses riscos e como poderiam ser mitigados?

-

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Implementação de práticas ESG na Agricultura familiar

Pesquisador: ANIELLE GONCALVES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 83398024.8.0000.5676

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.096.753

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. A coleta de dados ocorrerá na forma de entrevistas pessoais. Inicialmente pretende-se realizar entrevista com agricultores familiares no município de Imbuia - SC que possuem de algum modo oferecem diferentes contextos geográficos, socioeconômicos e produtivos no intuito de saber o conhecimento que possuem a respeito do ESG em suas propriedades. A coleta de dados ocorrerá na forma de questionário e entrevistas pessoais. Estima-se 10 participantes de pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral:

Desenvolver estratégias e propostas que incentivem e facilitem a adoção efetiva de práticas ESG por parte dos agricultores familiares no município de Imbuia SC.

Objetivos Específicos:

Identificar os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares na adoção de práticas ESG, por meio de revisão bibliográfica, entrevistas e análise de dados.

Avaliar a viabilidade econômica das práticas ESG na agricultura familiar, considerando os custos e benefícios a curto e longo prazo, bem como as oportunidades de acesso a mercados diferenciados e certificações ambientais.

Endereço: DOUTOR GUILHERME GEMBALLA 13

Bairro: JARDIM AMERICA

CEP: 89.160-932

UF: SC

Município: RIO DO SUL

Telefone: (47)3531-6026

E-mail: etica@unidavi.edu.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO ALTO VALE DO ITAJAÍ -
UNIDAVI**



Continuação do Parecer: 7.096.753

Analisar o estado atual da adoção de práticas ESG na agricultura familiar, incluindo o nível de conscientização, o grau de implementação e os resultados obtidos.

Investigar os impactos das práticas ESG na agricultura familiar, tanto em termos de benefícios socioeconômicos para os agricultores quanto de benefícios ambientais para os ecossistemas locais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Como aborrecimento ao responder o questionário, podendo de alguma forma trazer constrangimento ou desconforto durante a realização da pesquisa.

Benefícios:

Os princípios do ESG na agricultura familiar são uma forma nova e promissora de lidar com os desafios de uma maneira que seja boa para todos e para o planeta. É muito importante entender como esses princípios são colocados em prática, quais problemas as pessoas enfrentam e quais mudanças acontecem por causa disso. Isso ajuda a criar políticas e programas que ajudem a agricultura familiar a se desenvolver de uma forma que seja sustentável. Por isso, será investigado como esses princípios são usados na prática, olhando para exemplos específicos da região. O objetivo não será apenas ver o que está acontecendo, mas também encontrar maneiras de melhorar e inovar para que a agricultura familiar possa ser mais sustentável, incluindo mais pessoas e resistindo melhor às mudanças. No que diz respeito ao interesse acadêmico, reflete a complexidade e a importância de como a agricultura pode ser mudada para ser melhor para o meio ambiente, para as pessoas que trabalham nela, para a maneira como é governada e para as comunidades que dependem dela economicamente. Entretanto, o estudo sobre a implementação do ESG na agricultura familiar não só beneficiará acadêmicos e pesquisadores interessados no tema. Mas também para organizações da sociedade civil, empresas e agricultores também se beneficiarão dessas informações. Eles nos ajudarão a entender o que está funcionando e o que não está, para que possamos fazer escolhas melhores para o futuro da agricultura familiar no município de Imbuia e Alto Vale.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante.

Endereço: DOUTOR GUILHERME GEMBALLA 13

Bairro: JARDIM AMERICA

CEP: 89.160-932

UF: SC

Município: RIO DO SUL

Telefone: (47)3531-6026

E-mail: etica@unidavi.edu.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO ALTO VALE DO ITAJAÍ -
UNIDAVI**



Continuação do Parecer: 7.096.753

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados dentro dos preceitos éticos.

Recomendações:

Sugere-se a publicação dos resultados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do Exposto e de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS no 466 de 2012, Resolução CNS no 510 de 2016, LEI No 14.874/2024 e Norma Operacional no 001 de 2013, o Comitê de Ética - CEP Unidavi manifesta-se pela aprovação sem restrições éticas do protocolo de pesquisa proposto, apto para o início da coleta de dados. Ao término da pesquisa deverá ser submetido o Relatório Final via Plataforma Brasil.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do Exposto e de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS no 466 de 2012, Resolução CNS no 510 de 2016, LEI No 14.874/2024 e Norma Operacional no 001 de 2013, o Comitê de Ética - CEP Unidavi manifesta-se pela aprovação sem restrições éticas do protocolo de pesquisa proposto, apto para o início da coleta de dados. Ao término da pesquisa deverá ser submetido o Relatório Final via Plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2417728.pdf	20/09/2024 17:08:02		Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	20/09/2024 16:44:29	JOSE VITOR CARDOSO	Aceito
Outros	Questionario.pdf	20/09/2024 16:42:49	JOSE VITOR CARDOSO	Aceito
Outros	TERMOVOZ.pdf	20/09/2024 16:39:44	JOSE VITOR CARDOSO	Aceito
Outros	TERMOIMAGENS.pdf	20/09/2024 16:39:17	JOSE VITOR CARDOSO	Aceito
Outros	AutorizacaoNEAP.pdf	20/09/2024 16:38:07	JOSE VITOR CARDOSO	Aceito
Outros	TERMOCOMPROMISSO.pdf	20/09/2024 16:37:02	JOSE VITOR CARDOSO	Aceito
Outros	TERMODADOS.pdf	20/09/2024 16:35:11	JOSE VITOR CARDOSO	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE.pdf	20/09/2024	JOSE VITOR	Aceito

Endereço: DOUTOR GUILHERME GEMBALLA 13

Bairro: JARDIM AMERICA

CEP: 89.160-932

UF: SC

Município: RIO DO SUL

Telefone: (47)3531-6026

E-mail: etica@unidavi.edu.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO ALTO VALE DO ITAJAÍ -
UNIDAVI



Continuação do Parecer: 7.096.753

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	16:02:58	CARDOSO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado.docx	11/09/2024 17:35:58	JOSE VITOR CARDOSO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DO SUL, 24 de Setembro de 2024

Assinado por:
JOSIE BUDAG MATSUDA
(Coordenador(a))

Endereço: DOUTOR GUILHERME GEMBALLA 13

Bairro: JARDIM AMERICA

CEP: 89.160-932

UF: SC

Município: RIO DO SUL

Telefone: (47)3531-6026

E-mail: etica@unidavi.edu.br